

Ata nº01/2024

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro reuniu, em reunião ordinária, a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural de Chaves, sito em Chaves, com início às nove horas e quinze minutos e término às treze horas e trinta minutos, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Período Antes da Ordem do Dia -----

Ordem do Dia: -----

PONTO 1 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023; -----

PONTO 2 - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA; -----

PONTO 3 - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CHAVES – RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023; -----

PONTO 4 - 1ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (REVISÃO) AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2024. - ATUALIZAÇÃO DO ARTICULADO DO ORÇAMENTO – NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2024. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº9/DGF/2024; -----

PONTO 5 - AUTORIZAÇÃO DE CONCESSÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS, POR PARTE DO MUNICÍPIO DE CHAVES, EM VISTA AO APOIO NO EXERCÍCIO DE COMPETÊNCIAS PRÓPRIAS. / APROVAÇÃO DE MATRIZ DE PROTOCOLO DISCIPLINADOR DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES SIGNATÁRIAS. PROPOSTA N.º 10/GAPV/2024; -----

PONTO 6 - ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CHAVES - ATUALIZAÇÃO. PROPOSTA N.8/GAP/2024; -----

PONTO 7 - CONTRATO-PROGRAMA CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A APEPAT – ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DO ENSINO PROFISSIONAL PARA O ALTO TÂMEGA PARA APOIAR O DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL NÃO SUPERIOR – RELATÓRIO FINAL E RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO. PROPOSTA N.º 06/GAPV/2024; -----

PONTO 8 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE CHAVES; ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM, EM VISTA AO RECRUTAMENTO DE 20 ASSISTENTES TÉCNICOS, NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, PARA DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO SÓCIO-EDUCATIVA. PROPOSTA N.º 07/GAPV/2024; -----

PONTO 9 - PROPOSTA DE RETIFICAÇÃO DAS TAXAS DE OCUPAÇÃO NOS LUGARES DE FEIRA, LOJAS, ARMAZÉNS E BANCAS DO MERCADO MUNICIPAL, INFORMAÇÃO / PROPOSTA Nº 05/2024, do TECNICO SUPERIOR, ALEXANDRE SIMÃO de 26/01/2024; -----

PONTO 10 - ANÁLISE DA INFORMAÇÃO SEMESTRAL RELATIVA À EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO “CRIAÇÃO DE UNIDADE FABRIL PARA A PRODUÇÃO DE EDIFÍCIOS MODULARES”, CLASSIFICADO COMO PIM – DECISÃO DEFINITIVA - INFORMAÇÃO Nº34/DDE/23 DA ENG^a CLÁUDIA FERREIRA DE 15.12.2023; -----

PONTO 11 - PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL – PIM – PRIMEIRA ADENDA AO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS OUTORGADO EM 22 DE FEVEREIRO DE 2021. BENEFICIÁRIO METALOME, LDA. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 312/UCE/2023; -----

PONTO 12 - PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL – PIM – PRIMEIRA ADENDA AO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS OUTORGADO EM 27 DE ABRIL DE 2021. BENEFICIÁRIO: A.S. METAIS – FABRICO E LACAGEM, LDA. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 311/UCE/2023; -----



PONTO 13 - ANÁLISE DO 5.º RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PIM “INOVAÇÃO PRODUTIVA – EM TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE 08/SI/2020”, DA SOCIEDADE “A.S. METAIS – FABRICO E LACAGEM, LDA.” – DECISÃO DEFINITIVA - INFORMAÇÃO Nº05/DDE/24, DA ENG^a CLÁUDIA FERREIRA DE 06/02/2024; -----

PONTO 14 - APRECIÇÃO DO 2º PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA ENTREGA DO 10º RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO “HOTEL SANTA RITA WELLNESS & SPA INSTITUTE” DA SOCIEDADE “SOLAR INVESTMENT IMOBILIÁRIA, LDA” – DECISÃO DEFINITIVA – INFORMAÇÃO Nº33/DDE/23 DA ENG^a CLÁUDIA FERREIRA DE 15.12.2023; -----

PONTO 15 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE UMA PASSAGEM PARA PEÕES – NA RUA DA BANDEIRA, FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO DE MONFORTE, – PROCESSO Nº 1031/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 803/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 12/12/2023; -----

PONTO 16 - ORDENAMENTO DOS LUGARES DE ESTACIONAMENTO E REFORÇO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL DE TRÂNSITO – NO CENTRO HISTÓRICO DE CHAVES, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, – PROCESSO Nº 19/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 29/DPM/2024 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 11/01/2024; -----

PONTO 17 - SOLICITA REPOSIÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA RUA DO GIRASSOL, FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE, – PROCESSO Nº 1127/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 73/DPM/2024 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 25/01/2024; -----

PONTO 18 - IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE CONDICIONAMENTO DO TRÂNSITO A VEÍCULOS PESADOS – NO CENTRO HISTÓRICO DE CHAVES, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, – PROCESSO Nº 1035/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 64/DPM/2024 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 24/01/2024; -----

PONTO 19 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE UMA PASSAGEM PARA PEÕES – NA EM 502 (ESTRADA NOVA DA PONTE), NA POVOAÇÃO DE VILA VERDE DA RAIÁ, FREGUESIA DE VILA VERDE DA RAIÁ, – A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE VILA VERDE DA RAIÁ - PROCESSO Nº 1172/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 82/DPM/2024 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 30/01/2024. -----

Presidiu a esta reunião da Assembleia Municipal de Chaves, **Anselmo José Martins**, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal do Concelho de Chaves, em substituição, por ausência, do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, à luz da previsão constante no n.º 3 do artigo 46.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na ulterior redação. -----

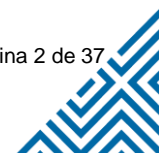
Dos setenta e nove membros que constituem a Assembleia estiveram presentes os seguintes: -----

Pelo Grupo Municipal do PS: Anselmo José Martins, Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, Rogério Alberto Amorim Reis Moura, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, António Manuel Pires de Almeida, Luíz Mário Alves Carneiro, Cristina Maria Inocêncio Imaginário, Júlio Eliseu dos Anjos Alves, Domingos de Moura Alves, Sónia Cristina Adães Ferreira, Manuel Guerra Afonso, Melissa Alexandra Carvalho Lopes, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, Paulo Jorge Ligeiro Santos, Fernando Miguel Borges Valpaços, Maria dias , Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues, Francisco António Pinho Peixeiro, Ricardo Vassal Coutinho, José Carlos Carvalho Fernandes e Carolina Rodrigues de S. M. Ferreira. -----

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD: Francisco António Taveira Ferreira, Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, Milena Sofia Vieira de Melo, José Pimentel Sarmento, António José dos Santos, André Fontoura Faria, Olga Machado Ferreira, João Luís Gonçalves Rodrigues, Pedro Miguel Vieira Miranda, Gilberto Gomes Alves e Manuel Pedro de Oliveira Branco Teixeira. -----

Pelo Grupo Municipal da CDU: Manuel Justino Matos Cunha. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Victor Manuel de Carvalho Martins e Sousa. -----



Pelo Grupo de Independentes: Vítor Carlos Teixeira Pimentel, Helena Cristina Gonçalves Santos e Vítor José Gomes. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Águas Frias - Rogério Amaro Alves de Oliveira, de Anelhe - Arlindo Santos Costa, de Bustelo – José Fernandes M. Serralheiro, de Cimo de Vila da Castanheira - Lúgia Maria Chaves Silva, de Curalha - Alfredo Augusto Dias Gaspar, de Ervededo – André Lourenço da Silveira, de Faiões – Luís António Pereira de Oliveira, de Lama de Arcos – Augusto José Aires da Anunciação, de Mairos - Adriano Vieira Rodrigues, de Moreiras – António José Alves Lopes, de Nogueira da Montanha – Alfredo José da Silva Barreira, de Oura – António Eusébio Vieira Cardoso, de Outeiro Seco – Artur Jorge André Dias, de Paradela de Monforte – Gilberto Santos de Jesus, do Planalto de Monforte (União das Freguesias de Oucidres e Bobadela) – Luís Saraiva Garcia), de Redondelo - Nelson Fernandes Costa, de Sanfins – Sara Cristina Trinta Morais, de Santa Leocádia – de Santa Maria Maior – Hugo Manuel Alves da Silva, de Santo António de Monforte - Alcino do Nascimento Santos, de Santo Estevão – Maria José Sena Barros Pereira, de São Pedro de Agostém, Pedro Manuel Pereira Barroco, de São Vicente da Raia – Adma Ribeiro Ibrahim, de Tronco - Eduardo dos Santos Carneiro, da União das Freguesias Calvão e Soutelinho da Raia - António Manuel Rua Reis, em representação da União das Freguesias das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela – Augusto Nascimento Guedes, da União das Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações – Delfina Maria de Almeida Ferreira, da União das Freguesias da Madalena e Samaiões – João Manuel Almeida Pinto, da União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge - José António de Oliveira Carreira, da União das Freguesias de Soutelo e Seara Velha – Carlos Manuel da Cruz Chaves, da União das Freguesias de Travancas e Roriz – Antero Luís Ginja, de Vidago (União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz, Vilarinho das Paraneiras) - Rui Manuel Branco Rodrigues, de Vale de Anta – Júlio Manuel Abambres Carneiro, de Vila Verde da Raia - Pedro Miguel Rodrigues, de Vilar de Nantes - Luís António Gonçalves Costa, de Vilarelho da Raia – Fernando de Jesus, de Vilas Boas - Paulo Nuno de Jesus Pereira, de Vilela Seca – Nuno Miguel Moreira Monteiro da Mota e de Vilela do Tâmega – Liliana Pires Lage. -----

Registaram-se os seguintes pedidos de substituição de Deputados da Assembleia Municipal: António Pedro de Nobre Carmona Rodrigues, pelo PSD, Paulo Alexandre Gomes da Cunha, pelo PSD, Anabela Maria Neves Martins, pelo PSD, Michele Alexandra Rodrigues Costa, pelo PSD, Maria José Alves Portela, pelo PSD, Carlos Guilherme de Melo Gouveia, pelo PSD, Joana Maria Machado Borges, pelo PS, José Francisco de Resendes Carreiro, pelo PS, Maria Adalgisa P F da Silva Babo, pelo PS, Maria Ramos Rodrigues, pelo PSD, Altamiro da Ressurreição Claro, pelo PS, Abílio do Nascimento, pelo PS, António José Pinto de Barros, pelo PS, Lara Beatriz Pinheiro de Melo, pelo PS e Nuno Miguel Claro da Silva, pelo PS. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: da União das Freguesias das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela – Hélder Leão de Castro Lopo. -----

Faltaram: Grupo Municipal do PPD/PSD: Eurico Luís Pereira Anes de Azevedo. -----
Grupo Municipal do BE – Marcelo -Leandro Araújo Pires Rodrigues. -----

No uso da palavra **Anselmo José Martins**, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal do Concelho de Chaves, em substituição, por ausência, do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, à luz da previsão constante no n.º 3 do artigo 46.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, (Doravante designado como Presidente em exercício de Funções) disse: Bom dia a todos, por ausência do senhor Presidente da Mesa, irei eu exercer essas funções dado ser o primeiro Secretário da Mesa. Neste momento a Mesa também está incompleta, convido a senhora Deputada Municipal Clara Lopes para vir ocupar o seu lugar na Mesa. Iniciarei os trabalhos, cumprimentando o senhor Presidente da Câmara, a senhora e os senhores Vereadores, as minhas companheiras de Mesa, as senhoras e os senhores Deputados Municipais, as senhoras e os senhores Presidentes de Junta, pessoal de apoio, comunicação social, eventualmente presente e público, também, se presente. Vamos passar, à leitura do expediente, uma vez que ainda não entrou em execução a sugestão que foi apresentada na última Assembleia Municipal de que o expediente fosse enviado antecipadamente aos senhores Membros desta Assembleia Municipal, para depois efetuarem algum comentário se assim o desejarem, como ainda não foi feito, passarei à leitura dos documentos entrados no Gabinete de Apoio a esta Assembleia Municipal. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----



Seguidamente, iniciou-se o Período de Antes da Ordem do Dia, tendo sido apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista uma Moção “Pela reabertura do Serviço de Internamento de Pediatria. Pelo funcionamento da Urgência Pediátrica durante as 24 horas, 365 dias. Pela abertura do Serviço de Cuidados Intermédios”, tendo sido lida por **Anselmo José Martins**, Presidente em Funções. -----

“Moção -----
“Pela reabertura do Serviço de Internamento de Pediatria. Pelo funcionamento da Urgência Pediátrica durante as 24 horas, 365 dias. Pela abertura do serviço de cuidados intermédios” -----

I – Enquadramento -----

1. O Serviço de Pediatria da Unidade Hospitalar de Chaves abriu as suas portas em janeiro de 1984, há precisamente 40 anos, como serviço de pediatria médico cirúrgica, reforçando a sua oferta, em 1994, com a criação de uma unidade de Neonatologia, integrada nas suas instalações. -----

2. Em 2006, foi pioneiro na oferta do alargamento da idade pediátrica dos 15 anos menos um dia até aos 18 anos menos 1 dia, ampliando a esfera de atuação e intervenção profissional num universo assistencial à criança e jovem. -----

3. Durante 40 anos, o serviço enunciado prestou cuidados de saúde a milhares de crianças da nossa comunidade, garantindo uma resposta eficaz às necessidades da nossa população e proporcionando um serviço de proximidade e humanização absolutamente excecionais. -----

4. Em 2023, prestou cuidados de saúde a mais de 350 crianças, confirmando uma tendência positiva de incremento do acesso, ao serviço, de mais de 7%, o que demonstra a crescente procura e necessidade da população da área de influência da Unidade Hospitalar. -----

5. O serviço enunciado, integrado na Unidade Local de Saúde de Trás-os-Montes e Alto Douro (ULSTMAD), encerrou no passado dia 3 de novembro de 2023, mantendo-se encerrado até aos dias de hoje. -----

6. O argumento para escudar tal decisão foi sustentado pela alegada escassez de médicos pediatras ao nível da ULSTMAD, para assegurar, de forma concomitante, a escala do serviço de internamento, bem como do serviço de urgência Pediátrica. -----

7. A declaração dos direitos da criança, proclamada pela Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas n.º 1386 (XIV), de 20 de novembro de 1959, refere que a criança deve, em todas as circunstâncias, ser das primeiras a beneficiar de proteção e socorro. Nesse contexto, a criança tem direito a gozar do melhor estado de saúde possível e a beneficiar de serviços médicos. -----

8. Por outro lado, a Carta da Criança Hospitalizada integra no 1º dos seus 10 direitos, que o hospital onde a criança é admitida deve ser o mais próximo possível de casa, devendo também ser capaz de dar resposta ao estado clínico da criança, atendendo também à situação particular da família. -----

9. Nesse contexto, a Carta da Criança Hospitalizada reconhece e aprova os direitos da criança, conforme estipulado na Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) das Nações Unidas e em particular o princípio-chave de que, em todas as situações, prevalece o superior interesse da criança (art. 3). Além disso, a Carta da Criança Hospitalizada refere o Comentário Geral n.º 15 (2013) da CDC sobre o direito da criança usufruir dos melhores cuidados de saúde (artigo 24.º). -----

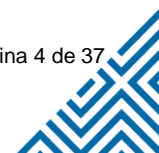
10. Tendo presente os pressupostos que subjazem ao superior interesse da criança, conjugado com a necessária manutenção da esperança e segurança da população face aos serviços de saúde da sua área de influência e, por outro lado, conhecendo as condições físicas existentes na nossa unidade hospitalar, a capacidade instalada para prestação de cuidados de excelência, designadamente a equipa de profissionais de saúde especializados e especialistas em pediatria, aliado à possibilidade de contratualizar profissionais de saúde que assegurem os rácios exigidos e a vontade expressa dos cidadãos apoiados pelos seus autarcas. -----

11. Compreendendo as dificuldades sentidas pelas famílias, a necessidade de manter acesa a chama solidária e a capacidade de reivindicar o direito de cuidados de saúde de qualidade com tempos de resposta máxima garantida adequados às necessidades humanas básicas específicas da população. ---

Propomos: -----

Em coerência com as razões de facto e argumentos aduzidos nos pontos anteriores, a Assembleia Municipal de Chaves, reunida em 28 de fevereiro de 2024, propõe o seguinte: -----

1. Apelar ao Governo e à Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde para que, no uso das suas competências, implemente medidas urgentes devidamente referenciadas, para a reabertura imediata do serviço de internamento de pediatria, assim como para o restabelecimento global da urgência pediátrica durante as 24 horas, 365 dias. -----



2. Instar a Direção Executiva do SNS para que dote a Unidade Hospitalar de Chaves dos recursos humanos qualificados que garantam a abertura do Serviço de Cuidados Intermédios, proporcionado uma nova oferta de cuidados de saúde à população. -----

3. Reiterar, de forma clara e inequívoca, o apoio à criação da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega e Barroso, assegurando cuidados de proximidade a todos os segmentos de população, protegendo os mais vulneráveis e otimizando os recursos disponíveis; -----

4. Enviar, em caso de aprovação, a presente deliberação ao Senhor Ministro da Saúde, ao Senhor Primeiro-ministro, ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Presidente da Assembleia da República, ao Senhor Diretor Executivo do Serviço Nacional de Saúde, à Comissão Parlamentar de Saúde, às Direções Parlamentares da Assembleia da República e à Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso. -----

Assembleia Municipal de Chaves, em 28 de Fevereiro de 2024.” -----

Seguiram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----

Bom dia a todos. Cumprimento o primeiro Secretário da Mesa, hoje em funções de Presidente, desejando desde logo as melhoras, ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Altamiro Claro, cumprimento, também, a nossa Deputada Municipal, Clara Lopes, hoje também na função de secretária da mesa da assembleia, cumprimento o senhor Presidente da Câmara, os senhores Vereadores, a senhora Vereadora, cumprimento também os Senhores Presidentes de Junta, os senhores Deputados Municipais, representantes da comunicação social e público que possa estar presente. -----

Esta Moção que penso, nos é cara a todos, porque uma sociedade de facto é avaliada pela forma como trata as pessoas que a integram, nesta situação concreta as nossas crianças, que deveremos sempre proteger. Ser vulnerável é ser indefeso e as nossas crianças precisam de uma retaguarda firme, sólida, que todos consigamos envidar esforços e sinergias para as apoiar. Na designada Unidade Local de Saúde de Trás-os-Montes e Alto Douro, na unidade de Chaves, o Serviço de Pediatria está encerrado, o que é uma tristeza para todos, como profissional que assisto diariamente às angústias das mães, ao seu testemunho que quando têm necessidade de que os seus filhos sejam avaliados por profissionais credenciados, quando necessitam não só do apoio de enfermagem ou dos médicos para fazer um diagnóstico mais claro e diferencial, muitas vezes têm que ser encaminhados para Vila Real com o ónus do transporte, principalmente as pessoas que não têm tantas possibilidades financeiras e económicas e têm que se deslocar, algumas vezes pernoitar em Vila Real, com todos os encargos que isso lhes traz para as suas atividades de vida e, nomeadamente para a sua família. -----

O Grupo Municipal do PS está solidário com as famílias, com a população e quer muito também que este Serviço de Pediatria seja reaberto o mais brevemente possível para que possamos dar às mães e às crianças principalmente, uma resposta digna e imediata, conforme os direitos da criança e conforme vem reportado também na Carta da Hospitalização da Criança, que refere principalmente dez direitos e que foram vertidos aqui nesta Moção. -----

Convido-os a todos a associarem-se a esta Moção e se tiverem alguma dúvida que eu possa clarificar, algum aspeto específico que não tenha ficado claro na leitura, estarei disponível. Muito obrigada. -----

Pedro Miguel Vieira Miranda, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

“Excelentíssimos Senhores Presidente, da Assembleia Municipal, Senhores(as) Secretários, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhora Vereadora, Caros e Caras Presidentes de Juntas de Freguesia, Caros e Caras Membros da Assembleia Municipal, colaboradores e demais público e Comunicação Social presente. -----

Venho hoje a esta Assembleia Municipal para abordar um tema que a mim e a bastantes colegas e amigos apicultores preocupa e deveria preocupar a todos, principalmente o Município pela sua importância e pelo impacto que a propagação da vespa asiática têm em questões de Proteção Civil e de Saúde Pública. --- A vespa asiática é uma espécie invasora que representa uma séria ameaça à biodiversidade local, especialmente às abelhas. As vespas asiáticas predam abelhas adultas e larvas, podendo dizimar colmeias inteiras em questão de horas. -----

A presença de ninhos de vespas asiáticas pode tornar áreas públicas perigosas, arriscando impedir o uso normal de espaços verdes, parques e áreas de lazer devido à sua enorme agressividade, pois as picadas



da vespa asiática podem causar dor intensa, inchaço, náuseas, vômitos e, em casos mais graves, reações alérgicas anafiláticas que podem ser fatais, como de facto já aconteceu, infelizmente. -----

A apicultura, por sua vez, é um setor crucial para a agricultura e para o ambiente. No entanto, a apicultura é, muitas vezes, considerada o parente pobre da agricultura. -----

As abelhas são responsáveis pela polinização de cerca de 75% das culturas alimentares do mundo, o que significa que a sua presença é essencial para a produção de alimentos e para a manutenção da biodiversidade. -----

As rainhas fundadoras dos ninhos que começamos a ver durante o Outono, saem da sua hibernação durante o mês de Fevereiro/Março, e para já, a melhor forma de combater a propagação tão acelerada desta praga é com a captura dessas fundadoras. Vejo e vi ainda recentemente Municípios vizinhos a fornecerem armadilhas aos apicultores para colocarem perto dos seus apiários e perto dos locais de ninhos que identificaram. Pergunto o porquê de o Município de Chaves não fazer o mesmo? -----

Assim sendo, deixo a sugestão ao Senhor Presidente que: -----

• Crie um plano de ação para o controlo da vespa asiática, em colaboração com a CIM Alto Tâmega e Barroso e demais autoridades competentes, com os apicultores locais e as associações/cooperativas de apicultores do Concelho, -----

O meu segundo ponto desta intervenção, prende-se com uma proposta da JSD e do PSD Chaves, apresentada pelos vereadores do PSD a 16/02/27 em Reunião de Câmara, para a **Criação do Passe Escolar para Estudantes do Ensino Superior**, que foi aprovada por unanimidade na mesma Reunião. ----

Gostaria de saber o ponto de situação desta proposta? -----

Senhor Presidente, no próximo 25 de Abril de 2024 celebramos os 50 anos da Revolução dos cravos. Esta data assinala o fim da ditadura e o início de um novo capítulo para o país, marcado pela liberdade, democracia e desenvolvimento. -----

A importância desta data transcende gerações. Para os que viveram a época, a data representa a conquista de direitos básicos como a liberdade de expressão. Para as novas gerações, representa o legado de uma luta por um país mais justo, igualitário e livre. -----

Cinquenta anos depois, é importante refletir sobre os frutos do 25 de Abril. É hoje imperativo, enquanto cidadãos, preservar e aprofundar valores conquistados em 1974, de forma a combater forças que ameaçam aquilo que foi conquistado no passado. -----

Posto isto, a pergunta que aqui coloco é, o que têm o Município programado para a celebração desta data, além da cerimónia anual?" -----

No uso da palavra **Anselmo José Martins**, Presidente em exercício de Funções, disse: -----

Pelo teor da intervenção que o senhor Membro da Assembleia Municipal, Pedro Miranda, do PSD, já entendi que devo alterar a metodologia, vamos fazer intervenções somente sobre a Moção, votamos a Moção, de seguida continuamos com as intervenções mais específicas do Período Antes da Ordem do Dia. -----

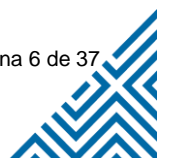
Manuel Justino Matos Cunha, pela **CDU**, no uso da palavra disse: -----

Bom dia, cumprimento o senhor Presidente da Mesa em exercício, o senhor Presidente da Câmara e nas suas pessoas cumprimento todos os presentes. -----

Vou ser telegráfico para nós podermos votar esta Moção, tem um ponto e nenhum de nós é inocente, que é, a CDU, não votou a favor e não apoia a ideia de uma Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega, penso que o que está em discussão não colide com isso e a proposta, se queremos ter uma votação unânime, é que o ponto (cada um tem a liberdade de apresentar as Moções que entendo e como entendo) para a CDU votar esta Moção, que está de acordo com tudo na proposta, menos, pela criação da Unidade Local de Saúde, que, aliás, já perdeu o seu tempo é uma forma e não faz, (nunca fez sentido,) faz sentido, a Unidade Local de Saúde Trás-os-Montes e Alto Douro também não faz sentido, são erros do Governo. Mas sem isso, nós temos que nos abster e fazer uma declaração de voto. -----

Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício, senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, senhora Vereadora, senhoras, Vereadores, Caras e Caros Membros desta Assembleia, senhoras e senhores, Presidentes de Junta, demais presentes, muito bom dia a todos. -----



Sobre esta questão agora formulada e naturalmente com todo o devido e muitíssimo respeito pela opinião do senhor Deputado Manuel Cunha, da CDU, a verdade é que em nosso entendimento, e estando neste momento num regime que é de transição para ULS, continuamos a entender que a ULS do Alto, Tâmega e Barroso faz todo o sentido e, portanto, não temos como transformar o texto numa coisa que seja não defender aquilo que defendemos, que é a criação de uma Unidade Local de Saúde no Alto Tâmega e, portanto, desejando efetivamente que esta Moção pudesse ser aprovada por unanimidade, também não conseguimos abdicar daquilo que para nós é de princípio e não é abdicável. Bom, é isto, muito obrigada.

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Muito bom dia, os meus cumprimentos a toda a Assembleia Municipal, na pessoa do senhor Presidente em exercício, Professor Anselmo Martins, às digníssimas Secretárias da Mesa, Isabel Seixas e Clara Lopes, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhora e senhores Vereadores, inclui naturalmente os Vereadores do meu Partido, o Vereador Francisco Tavares, o Vereador arquiteto Castanheira Penas, senhoras e senhores Membros desta Assembleia, senhoras e senhores Presidentes de Junta Freguesia, senhoras e senhores, órgãos da comunicação social, se aqui presentes pelo menos uma vejo a senhora Dra. Cátia, colaboradores da autarquia. -----

Sobre esta Moção de uma forma muito sucinta, até porque o meu companheiro de Bancada, o Doutor Pedro Miranda, já disse o sentido de voto, do Grupo Municipal do PPD/PSD, vamos votar a favor, não nos alongaremos mais sobre a Moção, mas há uma coisa que para nós é fundamental, porque também nós, PSD já apresentamos várias Moções aqui nesta Assembleia e sempre fizemos questão de dizer que em matéria de saúde não deve ser só um Partido, tentamos sempre que as Moções fossem aprovadas por unanimidade, não por ficar bem, mas sinto que isso dá mais força a este órgão que representa legitimamente as populações e nós defendemos no passado, defendemos agora e seja qual for o Governo que venha a ser eleito no dia 10 de março, continuaremos a defender a criação da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega à época e agora a Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega e Barroso. -----

Não concordamos com a Unidade Local de Saúde que este Governo implementou e que entrou em vigor a 1 de janeiro do presente ano e como disse, defendemos sim a criação da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega e Barroso e por isso, votamos favoravelmente, a Moção que foi apresentada, compreendendo naturalmente em democracia, que cada força política tenha, os seus princípios, os seus ideais, a posição do Partido Comunista, ou melhor, a posição da CDU não é nova, mas é a posição da CDU, nós votamos a Moção como ela foi apresentada e é isso que vínhamos aqui reiterar, tal como fez anteriormente o meu companheiro de Bancada. Muito obrigado. -----

No uso da palavra, **Anselmo José Martins**, Presidente em exercício de Funções, disse: -----

Agradeço as intervenções, dou a palavra ao senhor Presidente da Câmara, e pedia um favor ao senhor Presidente da Câmara, dado que um Membro desta Assembleia Municipal introduziu perguntas externas à Moção, eu agradecia que as respostas às questões colocadas, fossem dadas no chamado “Período Antes da Ordem do Dia”. Muito obrigado, senhor Presidente, faça favor de usar da palavra. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Bom dia a todos, começo por cumprimentar o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício, e, nesse contexto, quero aqui deixar uma nota de rápidas melhoras ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para que possa regressar ao exercício das relevantes funções que exerce na Santa Casa da Misericórdia de Valpaços e, naturalmente também, às de presidente deste órgão municipal. Quero cumprimentar a senhora primeira Secretária da Mesa da Assembleia e a segunda Secretária da Mesa integrada, agora, “ad hoc” mesa, cumprimentar os senhores Vereadores e a senhora Vereadora aqui presentes, os digníssimos Membros desta Assembleia Municipal, os senhores e as senhoras Presidentes de Junta, comunicação social que também se encontra neste espaço e todos aqueles que fazem e que permitem que esta sessão possa decorrer com normalidade. Quero começar por tecer algumas considerações sobre esta Moção, ainda que necessariamente breves. -----

Dizer que a Moção expressa um sentimento comum, digo mais, quase consensual das nossas comunidades e quando digo das nossas comunidades, digo da Comunidade do Alto Tâmega e Barroso, portanto, dos seis Municípios, porque existe sobre esta matéria um grande consenso. Estamos a falar de algo que é absolutamente essencial, o direito à saúde, o acesso à saúde, particularmente, numa fase



mais crítica, que é a fase da infância e, portanto, com certeza que todos estamos empenhados, comprometidos, solidários e motivados para continuar a exigir aquilo que é um direito fundamental que deve ser cumprido pelo Estado. -----

E por isso, saúdo esta iniciativa que vem na sequência de muitas outras, pois todas elas confluem para um propósito comum. Esse propósito é, naturalmente, exigir aquilo que nunca devia ter sido retirado. Estamos a falar da necessidade imperiosa de que o Serviço de Urgência Pediátrica funcione de forma ininterrupta, e funcionar de forma ininterrupta significa funcionar 24 horas por dia, 7 dias por semana e 365 dias por ano. Mas, também, ao mesmo tempo, é fundamental que o serviço de Internamento de Pediatria possa também acontecer. Todos nós sabemos bem dos desafios demográficos que se colocam à Europa, particularmente a alguns países, e dentro destes, a algumas regiões como é o caso desta região e deste Concelho. -----

E, portanto, significa que diminuir aquilo que são as condições e os cuidados de assistência na sua maior abrangência, mas, particularmente na área médica, é, de alguma forma, estar a dar um desincentivo e, portanto, o que estamos a querer dizer, o que o Estado está a dizer, o que o Governo está a dizer, é que, de facto, aqui, os cidadãos têm direito a menos cuidados e, por isso, de alguma forma, consiste também como mecanismo que desincentiva a natalidade. Por isso, vamos todos votar esta proposta, de forma congregada, com o intuito de ficar claro para todos, para este Governo, para o próximo e os seguintes que, de facto, sobre esta matéria não existe qualquer divergência, o propósito é comum e afirmar, de forma vincada, que não descansaremos até que seja reposta esta necessária questão de justiça em matéria de saúde, que é o serviço de Urgência a funcionar de forma plena e permanente, assim como o serviço de internamento de Pediatria. Depois, parece-me inaceitável que um espaço físico, concebido para albergar a Unidade de Cuidados Intermédios, se encontre concluído há quase um ano, com equipamentos adquiridos, e que o Conselho de Administração não consiga colocá-lo em funcionamento, por falta de recursos humanos. Trata-se, por isso, de uma exigência, uma necessidade, constituindo-se como um assunto maior e fundamental e que que, na minha perspetiva, ajudará a dar consistência, relevância e coerência à Unidade Hospitalar de Chaves e, por isso, não podendo votar, mas, ainda assim, queria aqui manifestar de forma clara e inequívoca, esta adesão aos postulados e aos propósitos desta Moção, dizendo que sim, é por aí que temos que ir e de que faremos tudo para que tais objetivos sejam alcançados com sucesso. Muito obrigado a todos. -----

Colocada à votação a MOÇÃO foi aprovada por maioria com setenta votos a favor e uma abstenção. -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela CDU, no uso da palavra disse: -----
declaração de voto -----

Ponto um, a CDU regista que apesar desta Assembleia já ter votado no seu tempo a reivindicação da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega e Barroso, o Partido Socialista, sabendo que ao por essa adenda que nada acrescenta à posição da Assembleia Municipal, conseguiu que não houvesse uma votação por unanimidade. -----

Segundo, foi num Governo do Partido Socialista que se criou o Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, ainda hoje a promessa da fusão dos serviços, da cooperação dos profissionais, dezassete anos depois, está no tinteiro. -----

Terceiro, o apelo não tem que ser o apelo, tem que ser uma exigência, uma exigência à Direção Executiva nomeada por este Governo e que no seu relatório de outubro, já não põe sequer Urgência de Pediatria na Unidade Hospitalar de Chaves nem na de Mirandela, vejam o documento. -----

E por isso, reforçando a noção de que todos nós, como disse o senhor Presidente da Câmara, todos nós defendemos a Urgência de Pediatria, o internamento, até por aspetos formativos e por aspeto de fixação das populações e por direitos da criança, como disse bem a senhora Deputada Municipal Isabel Seixas, do PS. Eu até agora vou introduzir uma questão pessoal, eu tenho dois familiares diretos que trabalham no Serviço de Pediatria há muitos anos e, portanto, sei bem do que estou a falar. Portanto, que não fiquem dúvidas da defesa que a CDU faz, da Urgência de Pediatria do Internamento de Pediatria, da formação de internos de medicina geral e familiar e de internos de pediatria e na importância que tem este desmantelamento para o plano de desmantelamento do serviço de urgência médico-cirúrgica. Fica registado. -----

Ainda neste período de Antes da Ordem do Dia, registaram-se as intervenções dos senhores Deputados:



Melissa Alexandra Carvalho Lopes, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----
Bom dia a todos. Bom dia, senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício, senhoras Secretárias, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, público aqui presente, senhores Presidentes de Junta, bom dia a todos. -----

“Desde 2022 que, em algumas reuniões de assembleia municipal, tenho vindo a manifestar a minha satisfação pelos períodos que vivemos, repletos de festividades e comemorações, superando em muito as expectativas e transformando a nossa cidade numa “urbe” com vida, gente e movimento. -----

Pois bem! Continuamos com uma Cidade plena de atividades, visitantes e dotada do bullício e da agitação característicos de outros centros urbanos. -----

Iniciámos 2024 da melhor forma! -----

Assistimos recentemente à décima nona edição da Feira dos Sabores, que decorreu nos dias 2,3 e 4 de fevereiro de 2024. Um certame gastronómico e turístico, com uma dimensão de afirmação do território, da valorização dos nossos produtos e divulgação dos nossos saberes, conhecimentos e produtos regionais. A Entidade organizadora do evento foi o Município de Chaves, pelo que apresento desde já uma palavra de enorme felicitação e apreço, em particular à Sr.ª Vereadora responsável, Paula Chaves, pelo seu compromisso, trabalho, dedicação e exigência que contribuíram, inegavelmente, para o sucesso desta Feira. -----

O balanço efetuado pelos Produtores, Expositores e Entidades foi muito positivo, sendo que, graças à forte afluência de visitantes, os produtos foram rápida e facilmente vendidos, tendo muitos dos vendedores revelado que, ao 2º dia do evento, pouco produtos já restavam. Ora, cremos que isto é um sinal claro de que, a cada ano que passa, temos uma Feira dotada de maior competência, mais dinâmica e afirmativa. -----

Desta forma, o Grupo Municipal do PS congratula o Sr. e na sua pessoa, todo o Executivo e a todas aquelas e aqueles que diariamente lutam para fazer acontecer, cada vez mais e melhor!” -----

Obrigada. -----

José Pimentel Sarmento, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Bom dia, senhor Presidente em exercício, começo por, de facto, desejar as melhores ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, cumprimento a Mesa, o Senhor Presidente em exercício, as senhoras Secretárias, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhora Vereadora, senhoras e senhores Deputados Municipais, senhoras e senhores Presidentes de Juntas, comunicação social, operacionais e todos os presentes nesta sala. A minha intervenção, hoje, vai fugir um pouco ao tema local, mas não poderia deixar de não registar a minha opinião e a minha preocupação como cidadão europeu e português sobre aquilo que se passou e que se passa, nestes últimos dois anos. -----

A Europa e o mundo livre democrático assistem com crescente preocupação a dois anos da invasão de um país soberano por uma potência mundial com pretensões imperialistas de expansão do seu território aos países vizinhos. Não são os povos que entram em guerra, mas sim os Chefes dos Governos, neste caso, da Rússia que é dirigida por um monstro humano, um homem tenebroso que não respeita nenhum dos princípios do direito internacional e vai recorrentemente cometendo crime de guerra com custos de milhares vidas de ambos os povos, por isso, eu quero fazer aqui a minha homenagem a um povo que pegou em armas para defender o seu País soberano e o seu povo do ataque bárbaro sem precedentes de um exército que nada respeitou e de um governo dirigido por Vladimir Putin, o monstro que, de facto, vai ficar na história do século XXI como um dos mais cruéis líderes mundiais. -----

Quero aqui fazer a minha homenagem, com um minuto de silêncio, e gostaria que o senhor Presidente da Assembleia em exercício, registasse na altura própria esse mesmo minuto de silêncio, porque eu quero ficar mesmo em silêncio! Quero agradecer a sua coragem, por, de facto, pegar nas armas em defesa dos valores da liberdade, da justiça e da solidariedade, acreditando que a Europa era o seu País, o seu rumo e de facto a parte que mais lhe agradava e que mais perpetuava uma segurança ao seu povo e a toda a Europa. -----

Este crime perpetuado por um ditador criminoso que vai ficar na história futura, como o Hitler, ou Estaline do século XXI, por isso vou fazer um minuto de silêncio. Peço a todos que queiram e que estejam disponíveis para comigo participar neste minuto de silêncio. Também quero, não deixar em claro, de facto o crime que todos apontam, foi mandado matar, que é a palavra mais própria, o Alexei Navalny, foi morto e, desgraçadamente, nem um funeral deixa fazer à família com dignidade. Isto revela bem os princípios de um homem que está à frente de um País poderoso, com armas atómicas que ameaça constantemente



a Europa e o mundo livre. Por isso, senhor Presidente em exercício agradecia que contasse o início de um minuto de silêncio que eu quero fazer em homenagem ao povo Ucrainiano e a todos aqueles que defendem a liberdade e os princípios e ao respeito mútuo pela sua soberania de todos os povos. Muito obrigado. -----

No uso da palavra o **Anselmo José Martins**, Presidente em exercício de Funções disse: -----
Gostaria de perguntar aos senhores líderes dos Grupos Municipais o que pensam desta proposta, dado que extravasa um pouco, digamos assim, os interesses do Município, não sei, sinceramente, eu agora fiquei em dúvida, gostaria que se dirigissem à Mesa e me dissessem a vossa posição, não me sinto confortável em propor à Assembleia Municipal algo que não tenha, pelo menos, o acordo da maior parte dos Grupos Municipais com assento neste Órgão. -----

José Pimentel Sarmento, pelo **PSD**, solicitou a palavra ao senhor Presidente da Mesa, em exercício de Funções e disse: -----
Senhor Presidente, se me permite, no uso da minha palavra, eu vou fazer esta homenagem e peço-lhe que registre um minuto de silêncio que eu vou fazer dentro do meu tempo, se me quiserem acompanhar, acompanhem, se não quiserem, eu fico com a minha consciência tranquila. Aquilo que se passou e que se está a passar nos últimos dois anos a um país, a um povo, que pega em armas para dar liberdade à Europa, é inaceitável. -----

No uso da palavra o **Anselmo José Martins**, Presidente em exercício de Funções, efetuou um pequeno esclarecimento sobre este assunto: -----
Senhor Membro desta Assembleia Municipal, os senhores Deputados Municipais fazem a proposta à Mesa e a Mesa é que propõe à Assembleia Municipal. Se a Mesa tiver o acordo da maioria dos representantes dos partidos políticos com assento neste Órgão, a Mesa proporá um minuto de silêncio. -

José Pimentel Sarmento, pelo **PSD**, solicitou a palavra ao senhor Presidente em exercício de Funções e disse: -----
Faça como o senhor Presidente entender e como achar melhor. O que eu quero é que, de facto, se registre que é em meu nome que eu tomo esta atitude em defesa do povo e da liberdade da Europa. -----

No uso da palavra o **Anselmo José Martins**, Presidente em exercício de Funções, disse: -----
Já terminou a sua intervenção, senhor Membro desta Assembleia Municipal? Então proponho um minuto de silêncio. -----
Portanto, por proposta do Deputado Municipal do Grupo do PSD, José Pimentel Sarmento, proponho que esta Assembleia Municipal faça um minuto de silêncio, pelas atrocidades que todas as guerras provocam, essencialmente o mal que fazem às pessoas. Portanto, proponho esse minuto de silêncio, peço, por favor, aos serviços técnicos que façam a contagem do tempo. -----

Foi guardado um minuto de silêncio. -----

Encerrou o debate o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**. -----
Renovo os cumprimentos ao senhor Presidente da Mesa e às senhoras Secretárias, aos senhores Vereadores e necessariamente não podia deixar de ser aos senhores Membros desta Assembleia Municipal e aos distintos autarcas de freguesia aqui presentes, ao público, aos senhores jornalistas e a toda a equipa técnica de apoio. Queria dizer, antes de começar a efetuar alguns esclarecimentos e algumas respostas às questões aqui suscitadas, que é fundamental que nalguns temas nos entendamos, não divirjamos, não encontremos motivos ou razões adjetivas e muitas vezes instrumentais e sem sentido para divergirmos contra o essencial, e acho que a saúde é um desses temas. -----
A saúde é um dos assuntos e motivações que nos deve associar a todos, porque é muito mais o que nos une do que o que o que nos separa. Vamos ao essencial, porque se, eventualmente, quisermos todos fazer história: quem fez o quê?! Em que momento?! E porquê?! E para quê?! Encontraremos razões para atirmos pedras uns aos outros. Nesse contexto, considero que esse processo e essa forma de estar não nos ajuda a lutar pela nossa causa, mas ajuda quem nos governa ou às vezes nos desgoverna.



Portanto, peço a todos que, sobretudo na questão da saúde, coloquem a nossa alma coletiva, acima de qualquer truca política, que não nos conduz a nenhuma solução. -----

Queria abordar, em primeiro lugar, uma temática importante que foi trazida aqui pelo Membro desta Assembleia Municipal, Pedro Miranda, do PSD, relacionada com a questão de um setor que não tem uma relevância económica muito importante, o setor ligado à produção do mel, mas, ainda assim, de uma importância muito grande, sob o ponto de vista ambiental e sob o ponto de vista da biodiversidade. -----

E, nessa perspetiva, permita-me que recorde já algumas das iniciativas que o Município de Chaves, liderado por mim, levou a cabo desde 2018, no âmbito da agricultura. Lembrem-se que em 2018 o Município de Chaves era o único no Alto Tâmega que não tinha uma ação efetiva no que dizia respeito ao combate de outra praga, a da vespa da galha dos castanheiros?! Estarão certamente recordados que os municípios vizinhos já tinham, há muitos anos, uma iniciativa concertada com as associações de produtores, no caso da castanha, mas também pelos próprios produtores e, em muitos casos, pelas freguesias, no sentido de combaterem esta praga. Pois bem, essa iniciativa, no concelho de Chaves, foi iniciada em 2018, reforçada em 2019, 2020, 2021 e 2022, e a verdade é que hoje os efeitos positivos desse combate já são fracamente positivos, tendo a praga remetido. -----

Quem percorrer o nosso território perceberá, rapidamente, que os nossos soutos já têm esta praga quase resolvida, existindo, de facto, poucos castanheiros com esta debilidade, em resultado de uma ação concertada, continuada e intensa do Município de Chaves, dos senhores produtores e das freguesias envolvidas neste processo, que consistiu no financiamento da aquisição de predadores para o combate a estas pragas e, portanto, hoje já avançámos bastante. -----

Também, ainda no que diz respeito ao mel, foi com o Município de Chaves, sob a minha liderança, que começámos a apoiar os apicultores. Sim, foi connosco que começámos a apoiar os apicultores, no sentido de poderem combater mais uma praga que ataca as suas colmeias, a Varrose. Nesse contexto, começámos o procedimento através da Cooperativa Montimel, e, hoje, através de regulamento municipal específico, apoiamos no combate à praga enunciada e, portanto, também nessa dimensão existe trabalho feito. Devo também dizer que, durante o ano de 2024, iremos corrigir uma injustiça, que se mantém neste Regulamento Municipal, relacionada com o apoio único e exclusivo aos apicultores detentores de colmeias instaladas no concelho de Chaves, o que na nossa perspetiva se trata de uma injustiça. Pois bem, posso aqui afirmar que esse âmbito será alargado, no sentido de que sejam apoiadas as colmeias, detidas pelos nossos apicultores, que tenham residência em Chaves, independentemente de estarem no concelho de Chaves ou nos concelhos vizinhos. Trata-se de uma questão que será corrigida para que, efetivamente, todos os apicultores tenham um apoio para além daquele que recebem do Estado no combate a esta praga e que possam contar também com o apoio do Município que é, em muitos casos, é superior aos municípios vizinhos, ou, nalguns casos alinhado, para que possamos continuar a apoiar o nosso mundo rural. Sim, porque foi com este Executivo Municipal que o mundo rural tem tido um apoio relativamente a outras dimensões. Falo do apoio à produção pecuária, falo também do apoio ao porco bísaro, falo do apoio aos apicultores, falo de um conjunto de apoios que foram criados por este Executivo Municipal e que, até então, não existiam. -----

Falemos, então, agora da questão concreta que nos foi colocada, pelo Membro da Assembleia Municipal, Pedro Miranda, do PSD. Era importante que se dissesse que, sobre esta matéria de combate a esta praga, entendemos que os municípios e as freguesias têm aqui uma competência subsidiária, porque, como sabem, os municípios não têm competências próprias em matéria de agricultura. -----

Ainda assim, tratando-se de um problema relevante para a comunidade, estivemos, estamos e estaremos sempre disponíveis para encontrar as melhores soluções que, colaborativamente, e de forma congregada, possam contribuir para minorar, atenuar, resolver alguns constrangimentos das pessoas que integram a nossa comunidade, neste caso, os apicultores. -----

Pois bem, devo partilhar com Vossas Excelências que no ano de 2022, no Concelho de Chaves, nós destruimos mais de cinquenta ninhos de vespa asiática. A verdade, é que esse número, em 2023, já superou os quinhentos. Percebemos claramente que houve um acréscimo inusitado de observação de ninhos ativos ou desativados, porque é importante que se diga que às vezes são identificados ninhos que, aparentemente parecem ativos, mas que se encontram efetivamente desativados. Neste domínio, a intervenção tem sido cada vez mais eficaz, justificado em grande medida pelo investimento significativo do Município em equipamento, material e recursos humanos para fazer este combate, porque destruir ou desativar quinhentos ninhos significa alocar recursos significativos. -----



Pois bem, tendo em consideração este incremento inusitado do número de ninhos de vespa asiática e daquilo que vem sendo dito que se trata de uma praga que está num crescimento absolutamente imparável, essa reflexão fez-nos já tomar algumas decisões que se encontram em fase de implementação. Que decisões foram essas?! Primeiro, tendo a noção efetiva que o combate se deve fazer também de uma forma prévia, através da captura das respetivas rainhas que são as produtoras de ovos. Mas, tomámos duas resoluções, ainda que entendamos que esta iniciativa devia ser tomada pelo Ministério da Agricultura, ainda assim, estamos a fazer o caminho traduzido em dois vetores fundamentais. -----

O primeiro passa por alargar a capacidade de destruição de ninhos de vespas asiáticas, consubstanciado no aumento da capacidade de intervenção, em resultado de cooperação com os Bombeiros, porque já foi feita essa concertação com as Corporações dos Bombeiros do Concelho, no sentido de ser incluído no âmbito do respetivo Protocolo de Cooperação. Neste domínio, precisamos de ter uma capacidade mais rápida de resposta na destruição e na inativação destes ninhos das vespas asiáticas. Essa reunião já foi feita pelo senhor Vereador da Proteção Civil, existindo uma concordância relativamente às condições, designadamente para aquisição do material necessário e também para a remuneração. -----

Mas, para além disso, temos em processo de aquisição trezentas armadilhas e, portanto, entendemos que é fundamental fazer essa intervenção nessas duas dimensões. Neste capítulo, a estratégia incide na colocação, pelos serviços municipais, de armadilhas, aliás, como já fizemos para as largadas, no que ao combate da vespa das galhas do castanheiro diz respeito. E, portanto, é esse o plano que se encontra em fase de operacionalização, com o intuito de que possamos contribuir, de forma significativa, para atenuar, minorar os efeitos negativos desta praga, sendo certo que não temos a certeza do sucesso desta intervenção, porque é necessário que exista mais conhecimento para que se perceba efetivamente se estas intervenções são as mais adequadas. -----

Portanto, sobre esta matéria, é desejável que se possa fazer uma ação concertada com os demais Municípios desta CIM, porque sabemos que a vespa não respeita limites administrativos dos respetivos concelhos, ainda assim, dependeremos sempre da boa vontade dos demais, querendo participar ou não, porque neste processo há sempre quem ache que está mais à frente, está mais esclarecido, que tem mais capacidade e que os outros vão mais atrás e, portanto, independentemente dessa solução de concertação, o que se irá fazer, é implementar ações e desejavelmente de forma colaborativa com os senhores apicultores, com as respetivas associações e se assim o entenderem com as freguesias, neste processo. -----

Dizer que, relativamente a uma proposta dos senhores vereadores do PSD no Executivo Municipal, relacionada com o apoio ao transporte dos alunos que frequentam o ensino superior, é algo que, neste momento, continua ainda em estudo, estando, neste momento, em fase de implementação uma decisão tomada pelo Governo, que entrou em vigor no início de janeiro deste ano, relativa ao apoio aos passes sub-18 e sub-23. Estamos, por isso, a estudar os aspetos relacionados com a amplitude e abrangência dessas medidas no que concerne particularmente ao sub-23. Após a análise dos impactos e amplitude da medida, iremos identificar as situações que ficam de fora deste apoio, para que possamos introduzir mecanismos, que atenuem alguns custos de mobilidade aos alunos do ensino superior, principalmente para aqueles que têm mais dificuldades económicas ou financeiras e complementarmente àquilo que são as bolsas de estudo, que permitam ajudar as respetivas famílias a poderem garantir o prosseguimento dos seus estudos no ensino superior. -----

Portanto, entendemos que, durante o mês de abril, teremos esse processo clarificado e fechado, porque se a abrangência desta portaria, que foi publicada com efeitos a janeiro, puder acomodar também alguns beneficiários do ensino superior e que se desloquem em território nacional, os custos serão assumidos pelo Governo. -----

Depois, dizer que quanto à interpelação relativamente às comemorações do 25 de Abril, saberão bem o empenhamento, o compromisso e a vontade que temos em celebrar os 50 anos do 25 de Abril. O Município encontra-se, neste momento, a desenvolver um conjunto alargado de iniciativas, para que se possa comemorar o 25 de Abril nas dimensões institucionais e culturais, para que possamos, de facto, não só celebrar esse momento histórico ético e decisivo para o futuro coletivo, mas, também, de alguma forma, para que possamos continuar a transmitir este testemunho às gerações mais jovens. E afirmo isto porque já percebemos todos, e a intervenção do senhor Membro desta Assembleia Municipal, José Pimentel, do PSD, que aqui proferida, deixou em evidência que, de facto, vivemos tempos conturbados,



tempos difíceis em que não se respeita a democracia, que não se respeita a autodeterminação, que não se respeita a liberdade e que, muitas vezes, não se respeita a dignidade e a vida humana. -----
Depois, dizer que, relativamente à intervenção do senhor Membro desta Assembleia Municipal, José Pimentel, do PSD, revejo-me inteiramente nela, comungo exatamente dos mesmos princípios, entendo que é absolutamente inaceitável a todos os títulos e que, de facto, é algo inimaginável e que nenhum de nós poderia imaginar que pudesse acontecer no século XXI, naquilo que nós entendemos que são sociedades mais inteligentes, mais modernas. Mas, a verdade, é que percebemos que é possível andar para trás, é possível fazer pior e, nos casos concretos desta guerra, é possível assistirmos a estas atrocidades absolutamente inaceitáveis e percebemos que, efetivamente, existem países no mundo que ainda têm vocação imperialista, e há vários, e isso, de facto, é uma ameaça para o mundo e é uma ameaça para a humanidade, o que deve mobilizar-nos a todos para o combate a este tipo de intenções. Muito obrigado a todos. -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

PONTO 1 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023. -----
A Ata número cinco, referente à reunião ordinária realizada no passado dia 20 de dezembro de 2023, foi colocada à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os Deputados desta Assembleia. -----
Sete Deputados desta Assembleia Municipal não participaram na votação pelo facto de não terem estado presentes na reunião a que a ata se refere. -----
A ata foi posta à votação e aprovada por unanimidade. -----

PONTO 2 – INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----
Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Seguiram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela **CDU**, no uso da palavra disse: -----
Bom dia a todos novamente. Há uma reunião do Senhor Presidente da Câmara, se eu percebi, com o Conselho de Administração que dá como explicações, para que os recursos do Serviço de Pediatria do Centro Hospitalar, que existem principalmente em Vila Real, não possam colmatar as deficiências de Chaves? Se há outras razões para não escalar a atividade na Urgência de Chaves? Continua a ouvir-se que está em risco real, a Urgência Médico Cirúrgica de noite. Não é esse o funcionamento do bloco operatório, que é isso que define o núcleo essencial da Urgência Médico Cirúrgica, é haver uma equipe no bloco operatório com Enfermeiros, com Anestesiistas, com Assistentes Operacionais que assegurem o funcionamento. E ouve-se cada vez mais a Direção Executiva que foi criada por este Governo, para dar cobertura técnica a decisões políticas, que são de encerramento de serviços. Portanto, a questão que eu coloco ao senhor Presidente é: O que é que o senhor Presidente da Câmara questionou o Conselho de Administração e que respostas do Conselho de Administração tem para estas perguntas e para mais uma? Sabe-se que nas próximas semanas se reforma o último cardiologista do Hospital de Chaves? Sabe-se que em dezassete anos, o Serviço de Cardiologia que eu saiba nunca deslocou os seus recursos para dar apoio a Chaves havia dois cardiologistas, passou a haver, um. Daqui a umas semanas, deixa de haver. Se foi questionado o Conselho de Administração, quais são os planos neste caso, agora da Unidade Local de Saúde, para apoiar a Unidade de Chaves, porque é esse o pressuposto. -----

Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----
Ora antes de mais, muito bom dia a todos. Cumprimento vossa Excelência, senhor Presidente em funções, senhoras Secretárias, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores, Vereadores, senhoras e senhores, Presidentes de Junta, senhoras e senhores Deputados, funcionários da Autarquia, membros da comunicação social e público que aqui estão presentes. Sendo este, um momento por excelência para se questionar o senhor Presidente acerca dos assuntos mais quotidianos do Município, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, solicitamos que nos esclareça as seguintes questões, sendo certo que uma delas, em parte vai de encontro ao que o deputado Manuel Cunha aqui acabou de colocar. -----



Como a 30 de janeiro teve lugar a reunião de trabalho do Conselho de Administração da ULS, Trás-os-Montes e Alto Douro, reunião essa que decorreu aqui na cidade de Chaves e que contou com a presença dos restantes Presidentes de Câmara do Alto Tâmega e Barroso e que visou, monitorizar a nível de respostas, quer na Unidade Hospitalar de Chaves em comparação com o segundo semestre de 2023, bem como identificar as linhas estratégicas e o plano de implementação do novo modelo, de organização do SNS, aquilo que pretendemos ver esclarecido é qual o compromisso do Conselho de Administração em relação às Unidades de Saúde de Chaves? A segunda questão que temos para vossa Excelência, senhor Presidente da Câmara, é: a 6 de fevereiro participou vossa Excelência na reunião plenária da Comissão Consultiva da Revisão do PDM de Chaves, no Porto. Sendo o PDM um dos mais importantes instrumentos de organização do território, pedimos a vossa Excelência que esclareça esta Assembleia acerca do estado em que se encontra a sua elaboração. -----
Muito obrigado, tenho dito. -----

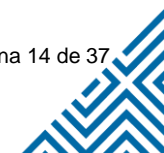
José Pimentel Sarmento, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----
Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal, em exercício e na pessoa do senhor Presidente da Câmara, todos os presentes. Vou ser breve, mas queria tirar aqui duas dúvidas. A primeira dúvida é simplesmente para esclarecimento e, mete-me alguma confusão, a feira dos Sabores, como todos nós sabemos, inicialmente era a Feira dos Sabores e dos Saberes? Eu gostaria, que o Senhor Presidente da Câmara, me desse a informação porque tiraram os Saberes? A Feira foi iniciada com os Sabores e Saberes, não é só porque se tira uma vírgula que o evento ou aquilo que é feito deixa, de facto, de não ser um bom evento! Está a crescer, houve alterações significativas que eu registo com agrado, principalmente a ampliação da parte da Feira e não só. -----

Por conseguinte, a feira, esteve bem dentro do possível, sabemos muito bem, que cada vez perdemos mais população, vamos sendo menos e, por muito esforço e muito sacrifício que se faça, há uma razão muito forte, sei que não é só da responsabilidade desta gestão, assumo a minha em nome do meu Partido, é o pavilhão. Nós precisamos de um pavilhão, que seja mais abrangente e que dê melhores condições e, que nos junte mais a todos, para não andarmos a subir escadas e a descer escadas e, até para outros eventos e um dia sabe-se lá para o que será preciso, nunca sabemos. -----

Outra situação que eu queria perguntar ao senhor Presidente é a seguinte: Na apresentação e na abertura da Feira dos Santos, normalmente somos visitados por um membro do Governo. Eu registei a presença em Montalegre de um membro do Governo, e noutros Concelhos e não registei a presença de nenhum membro do Governo, em Chaves. Eu sei que está em gestão o Governo, mas também, sei que para fazer inaugurações, não está em gestão. Por conseguinte, por respeito a esta região e com este Concelho, eu estranhei que de facto, não estivesse ninguém presente do Governo, o senhor Presidente, terá uma explicação para me dar? Em sua substituição esteve o senhor Presidente, do Instituto Politécnico de Bragança, que de facto fez as honras do seu programa, daquilo que pretende para Chaves, também ao mesmo tempo, parecia-me que estava em campanha eleitoral. De facto, em divulgar assuntos que nada têm a ver com a Feira do Fumeiro, dos Sabores e dos Saberes. Eu estranhei de facto a sua intervenção, não quer dizer que não fosse importante! Gostei de ouvir, mas dado o local e ser chamado para uma feira de fumeiro e de produtos regionais, eu estranhei é só isso. -----

Em relação à Saúde, não os quero maçar porque se eu tivesse que falar de Saúde e da situação do Hospital, como tenho boa memória lembro-me muito bem que nós tivemos três Cardiologistas, aqui, o Doutor Lobo, o Doutor Silva Carvalho e o Doutor Carneiro, Otorrinos, temos o Doutor Miguel e as Doutoradas Isabel a Maria do Carmo e mais, Pediatria tínhamos o Doutor Miguel e o Doutor Lima, nós tínhamos um Hospital, que a partir de 2007, esvaziaram, responsabilidade de quem é? Do Partido Socialista, cada vez que faz uma reforma é só para nos deixar pior. -----

Já disse isto aqui várias vezes e continuo a dizer, lamentavelmente, eu não quero e sei que este executivo não tem culpa, eu sei que esta situação, é a nível nacional são os que estão nos Gabinetes em Lisboa e aqueles a quem eles encomendam os tais estudos. Por conseguinte, e nós vemos que a degradação do Hospital, cada vez é pior, por muito que me venham dizer que fizeram isto que fizeram aquilo. Mas porque é que nós inventamos o bloco operatório? O que é que se faz aqui? Gastamos o dinheiro? Mas, não vimos de facto, e já se registaram aqui coisas que é de bradar aos céus, eu tenho experiência disso, eu sei que é assim. É que as pessoas muitas delas deixam de ir às consultas a Vila Real, porque não têm meios, não têm, não tem transporte. Até isso lhe tiraram! Andaram-nos a prometer que a autoestrada. ia ser gratuita, não é! Andaram-nos a prometer que iam melhorar as condições. Agradecia que o senhor



Presidente da Câmara me desse explicação destas duas primeiras questões que lhe coloquei. Em relação ao demais deixo quietinho até que se possa resolver, mas uma coisa eu vos digo, seja qual seja o Governo, que ganhar, eu estarei sempre aqui, em defesa do Hospital, seja quem for. -----

No uso da palavra **Anselmo José Martins**, Presidente em exercício de Funções, disse: -----
Eu não gostaria muito de deixar a minha marca, porque não sou Presidente da Mesa, mas eu reconheço que há intervenientes nesta Assembleia que têm um sentido muito lato sobre a função do Ponto. Eu já estive desse lado muitos anos e, tinha o sentido objetivo de qual é a função do Ponto da Ordem de Trabalhos. Mas está dentro do tempo a que tem direito. Deveria era fazer perguntas sobre a agenda do senhor Presidente, mas todos já percebemos que, aqui, muitas vezes a introdução demora muito mais do que a pergunta. Infelizmente, a pergunta pode levar trinta segundos, mas às vezes a introdução leva quatro minutos e trinta segundos. É um direito que os senhores deputados têm e não vou impor nada, porque eu também sou democrata. -----

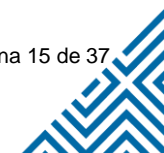
Encerrou a discussão deste ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Senhor Presidente, em exercício, senhoras Secretárias, senhora e senhores Vereadores distintos membros desta Assembleia Municipal e distintos Autarcas de Freguesia aqui presentes, público e demais que se encontram neste espaço. Enfim, dizer que sobre esta matéria gostaria de recordar que no que concerne à informação prestada pelo Presidente, houve uma melhoria muito substantiva. Hoje, se quiserem consultar aquilo que o senhor Presidente partilha com esta Assembleia Municipal, verão que tem procurado ser mais explícito relativamente às reuniões, melhorou muito em relação ao que era a nossa tradição passada de outros Executivos Municipais e, portanto, estou sempre disponível para prestar todos os esclarecimentos necessários e até percebendo naturalmente a estratégia política subjacente a algumas intervenções. Não vêm perguntar nada, não vêm pedir nenhum esclarecimento, só vêm fazer afirmações, mas enfim, isso é a política é a forma de fazer política, penso que aqui ninguém fica convencido com as intervenções de outros, mas de qualquer das formas, fica sempre aqui uma marca, fica para memória futura, quanto mais não seja nas respectivas Atas que certamente poderão ser lidas pelos nossos vindouros. -----

Portanto, nessa perspetiva, vou procurar relativamente às questões que foram aqui suscitadas, também dar alguns esclarecimentos e deter-me aqui um pouco sobre algumas matérias para que não fiquem aqui alguns enviesamentos e algumas mentiras, porque as mentiras não é por serem ditas cem vezes que elas passam a ser verdades, continuam a ser mentiras. -----

E, portanto, permitam-me sobre a primeira questão, desde logo ao senhor Membro desta Assembleia Municipal, Manuel Cunha, da CDU, sobre as questões que aqui colocou e alguns esclarecimentos que aqui suscitou, dizer-lhe que a reunião não foi com o Presidente da Câmara Municipal de Chaves, não pude fazer uma reunião suscitando todas essas questões, essa reunião está pedida. O que foi feito, foi uma reunião na Comunidade Intermunicipal a pedido do Conselho de Administração para que pudesse explicar de alguma forma o documento estratégico que tinha laborado para a Comissão Executiva do Serviço Nacional de Saúde e que a pudesse partilhar convosco, enfim, algumas das linhas estruturantes e alguns dos investimentos em recursos humanos e nas instalações físicas que procurariam fazer em 2024, 2025 e 2026 e para isso também apresentar o respetivo plano financeiro. -----

Portanto, essa reunião serviu mais para apresentar do que para questionar, ainda assim, depois, conhecendo aquilo que é o Orçamento da Unidade Local de Saúde de Trás-os-Montes e Alto Douro com a qual nós discordamos, tivemos a oportunidade de dizer que discordávamos dessa solução, tanto mais que nessa própria reunião dissemos que os seis Municípios, portanto, os integrantes da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso, não iriam indicar nenhum representante e iríamos apresentar uma carta de protesto, porque entendemos todos, sem exceção, por unanimidade que continuamos a defender e que ainda é tempo de ajustar o modelo de organização dos Serviços de Saúde a uma Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega e Barroso e, portanto, fizemos também aí uma nota prévia de protesto e dizendo que naturalmente essa missiva iria ser enviada e foi enviada para o senhor Ministro da Saúde e para o Diretor da Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde, mas também dissemos, e aí, sim, eu tive a oportunidade de lhe dizer que era fundamental que o investimento feito nas diferentes Unidades que integram a ULS, esta ULS pudesse continuar, ainda que pudéssemos conhecer e vou enunciar já de seguida alguns investimentos que aconteceram no passado, é fundamental que a parte infraestrutural



continue, há uma dimensão a nível de eficiência energética que tem que ser concretizada, mas tão ou mais importante, neste momento, são os recursos humanos. -----

Portanto, o que nós dissemos, é que é fundamental continuar a exigir recursos humanos, porque percebemos também para contratação de recursos humanos, tem que ter autorização superior, ainda não têm competência e autonomia para tomarem decisões em todos os recursos, falamos mais uma vez da necessidade urgente de contratação de recursos para a unidade de cuidados intermédios, sabemos bem o que isso significa em termos de salários, porque são, enfim, uns milhares muito significativos de euros, pois estamos a falar sensivelmente em vinte recursos humanos, maioritariamente enfermeiros, mas sobretudo, porque tem um impacto muito grande, falamos também naturalmente da questão da urgência médico cirúrgica e dissemos que é absolutamente inaceitável que alguma vez se coloque em equação a possibilidade de não ser mantida, que é absolutamente essencial, decisiva e crítica que se mantenha e de forma alguma estaremos disponíveis para abordar nenhuma discussão. -----

Nesse contexto, o que lhe dissemos, é que é fundamental aumentar a contratação de recursos humanos na Pediatria e também dos Cirurgiões. É fundamental garantir que existam recursos no que diz respeito a Anestesiastas, vincámos muito bem essa importância e vincámos que entendemos que a Unidade Hospitalar de Chaves não tem naturalmente de ser um Hospital Central, não tem que ter todas as especialidades, deve ter algumas delas centrais e bem ou mal dissemos-lhe que era fundamental que o Serviço Médico-cirúrgico fosse bem estruturado, fosse cada vez mais dimensionado, porque ele verdadeiramente não funciona integralmente como Serviço de Urgência Médico-cirúrgica, dissemos também que era importante que houvesse um bom Serviço de Medicina Interna, fundamental que houvesse um reforço no que diz respeito à Ortopedia e depois dissemos que era fundamental incrementar a Cirurgia de Ambulatório, era fundamental que pegassem num exemplo bom que existe em Lamego e que o replicassem em Chaves, foi isso que foi dito. -----

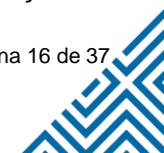
Mas foi dito mais, foi dito mais, foi dito ainda que era fundamental que esse investimento nos recursos humanos aqui fosse feito e, sobretudo, garantindo nas áreas médicas, não tanto nas áreas cirúrgicas, mas nas áreas médicas, naturalmente se conseguisse arranjar, incrementar e manter o portefólio de resposta médica que existe para que, de facto as consultas pudessem ser feitas, porque isso é fundamental na articulação com os cuidados primários e, naturalmente, com melhor resposta adequada, ainda que seja em articulação com os outros integrantes do SNS, foi isso que foi dito de forma afirmativa e de forma muito convicta. -----

Portanto, dizer que sobre esta matéria, tomaremos todas as decisões que estejam na esfera, naturalmente, dos Municípios, que é reivindicar, que é contestar, que é exigir, que é manter essa luta é isso que temos que fazer e é isso que faremos com este, com o próximo, com o seguinte Governo, sobre isso não haverá nenhuma dúvida, fá-lo-emos com todos, porque sobre isso não haverá nenhuma divergência. -----

Ainda assim, permitam-me vossas Excelências que recorde alguns dos muitos investimentos que aconteceram na Unidade Local de Saúde que garantem as condições físicas e infraestruturais para que as atividades médicas e cirúrgicas possam acontecer, porque se elas não existissem, elas não aconteciam. -----

Nós hoje podemos reclamar e ambicionar ter um reforço da cirurgia, porquê? Porque foram feitos os blocos, se efetivamente não tivesse havido um investimento importante na requalificação e beneficiação do bloco operatório de dois milhões e trezentos mil euros mais IVA, nós hoje, provavelmente, estar-nos-iam a dizer, se calhar, para Chaves não vale a pena, porque vocês não têm condições, nós hoje temos, ao contrário, temos dois argumentos, a necessidade e, por outro lado, temos também a utilidade do investimento que foi feito, dar utilidade ao investimento que foi feito e, portanto, nós hoje temos mais argumentos do que tínhamos no passado e, portanto, dizer que todos os investimentos que foram feitos na Unidade Hospitalar de Chaves nos últimos seis anos, representam cerca de oito milhões de euros. Não vamos dizer que isso não significa nada, isso é importante. -----

Dizer, também, que está previsto um investimento na área da eficiência energética de mais de três milhões de euros para a Unidade Hospitalar de Chaves, isto é importante, porquê? É importante pela sustentabilidade. Nós, hoje, sabemos e percebemos que andamos todos a discutir que o SNS vive um grave problema e vive um grave problema apesar do investimento e de alocação de recursos financeiros do Estado nunca ter sido tão alto, então, há aqui uma contradição. Então, se por um lado nós temos recursos financeiros do Estado que serão à volta de quinze milhões de euros que são alocados ao Serviços Nacional de Saúde o que é que está a acontecer para que efetivamente haja esta sensação de



insatisfação? É evidente que os indicadores estatísticos dizem-nos que há mais consultas, que há mais cirurgias, que há mais atendimentos de pessoas no serviço de urgência, mas, ainda assim, há uma insatisfação. Temos que naturalmente perceber o porquê dessa insatisfação, a insatisfação estará ligada porventura à idade, que é um bom resultado, ao aumento significativo da esperança média de vida? Porque, de facto, nós vivemos mais, vivendo mais, precisamos de mais cuidados quando estamos mais frágeis numa idade mais tardia da nossa vida. Será porque hoje nós, cidadãos, estamos mais predispostos para aceder aos Serviços de Saúde e vamos mais aos Serviços de Saúde e demandamos mais os Serviços de Saúde do que os nossos antecessores em que raramente iam ao médico? Será outra a razão? Será porque hoje nós temos uma vida mais intensa, uma vida que nos leva muitas vezes a correr mais riscos de saúde e, porventura, alguns até de cariz, enfim, de equilíbrio mental e outro? Isso também nos condiciona e nos pode suscitar uma demanda maior aos Serviços de Saúde? -----

É importante que esta reflexão seja uma reflexão séria, sustentada, capaz e depois que não façamos o que fazemos aqui muitas vezes na Assembleia Municipal, os médicos dizem que a culpa é dos enfermeiros, os enfermeiros dizem que a culpa é dos médicos, os administradores dizem que a culpa é dos médicos, os médicos dizem que a culpa é dos administradores, os administradores dizem que a culpa é do Governo, o Governo diz que a culpa é dos administradores em que é que nós paramos? E outros dizem que a culpa é da Ordem dos Médicos. -----

É importante que sobre esta matéria nós não olhemos para isto de forma segmentada e sectorial é importante que para a saúde nós olhemos de forma integrada e integral e depois é importante que nós percebamos que a solução está em todos, está nos Governos, está no Ministério da Saúde, está nas Direcções das Administrações Hospitalares, está nos profissionais de saúde e está também nos utentes e nos doentes. Nós temos que ser cada vez mais gestores da nossa própria saúde e perceber que, efetivamente, nós podemos ter uma decisão importante, nós podemos aceder aos cuidados primários e sermos acompanhados, nós, felizmente, neste Concelho podemos fazê-lo, podemos ser acompanhados pelo médico de família, nós, porventura, desnecessitamos de recorrer tantas vezes à urgência. E, portanto, eu acho que é algo que deve fazer reflectir todos e perceber que a culpa não está só nos outros, está em todos nós e numa visão diferente. Se calhar, deveríamos perceber como é que outras comunidades, como é que outros países se organizam nas respostas nesta matéria, porque andamos sempre todos a procurar inventar a roda e, se calhar, a roda já está inventada, é preciso só melhorá-la. Depois, queria também dizer sobre outras questões que me foram colocadas ainda sobre a saúde, e trouxe aqui uma questão que não estava no radar que era Cardiologia, não estava no radar, não estava no radar reconhecidamente, tem que ser colocada no radar, eu não sabia que estava para se aposentar, por exemplo, não sabia, mas também não faço a gestão de recursos de saúde, nem faço a gestão hospitalar, portanto, eu não sabia, nunca tinham partilhado isso comigo. Fica aqui esta preocupação e ela será naturalmente transmitida, reforçada, porque é fundamental que exista, ainda que possa dizer que o Serviço de Cardiologia da ULS é um bom serviço, ainda assim, é preciso que nós tenhamos serviços de proximidade e é fundamental que se reforcem aqui e que isso aconteça, é uma nota, enfim, que não era do meu conhecimento e essa informação será naturalmente partilhada, reportada e percebida sobre aquilo que será a evolução futura. -----

Depois, quanto à intervenção do Membro desta Assembleia Municipal, Rui Pinheiro, do PS dizer que estas reuniões da CIM, quer esta reunião que aconteceu no sentido de acedendo a um pedido de reunião do Conselho de Administração da ULS de Trás-os-Montes e Alto Douro, esteve toda no seu conjunto, estiveram todos os membros do Conselho de Administração e que foram partilhadas estas questões, foram também partilhadas questões relacionadas com os cuidados primários, da sua integração com os cuidados hospitalares, da forma como isso será relacionado com os municípios, porque hoje está a acontecer uma incoerência que é: A transferência de competências em matéria de saúde pressupunha que para os Concelhos e para os Municípios que não estavam em ULS, as transferências de competências ao nível das questões de funcionamento dos Centros de Saúde eram transferidas, mas para os outros Municípios não eram transferidas e, portanto, hoje nós temos uma realidade dual, nós temos, por exemplo, terras de Trás-os-Montes em que os Municípios não têm nenhuma competência em matéria de saúde, no pressuposto de que tinha uma Unidade Local de Saúde e nós do Alto Tâmega e Barroso e das outras CIM,s que já estamos hoje em ULS, temos e partilhamos recursos nos cuidados de saúde primários, parece uma incoerência, uma inconsistência, uma realidade que me parece que deve ser resolvida, na minha perspectiva, como eu digo, nós queremos participar na saúde, mas não a esse nível, estamos dispostos, eu pessoalmente, mas naturalmente que serão os Órgãos que tomarão essa



decisão, mas eu pessoalmente estava disponível para devolver as competências em matéria de Saúde ao respectivo Ministério, às respectivas estruturas de Saúde. Sendo certo que, na minha perspetiva, a intervenção dos Municípios não devia ser ao nível operativo, mas devia ser ao nível estratégico e ao nível do planeamento, era por aí que nós defendemos que devíamos estar e aí queríamos estar, mas, enfim, esta é a interpretação que existe, pode ser que o próximo Governo seja ele do PS ou do PSD, ou seja de coligação, o debate parlamentar possa, sobre esta matéria, fazer uma coisa diferente, certamente, na minha opinião pessoal, iria no bom caminho. -----

Dizer que sobre a revisão do PDM de Chaves, eu queria sobre esta matéria fazer algumas considerações e partilhar algumas emoções. É verdade que este processo a nível autárquico e a nível político tem sido acompanhado pelo senhor Vereador Doutor Francisco Chaves de Melo, tem sido acompanhado por uma técnica que já o fazia no anterior executivo e que continua a fazer agora e de forma competente, dizer que sobre esta matéria tem havido um trabalho muito profícuo, muito intenso e muito competente também por parte da equipa contratada para o efeito, mas a verdade é que, ainda assim, tivemos reuniões muito difíceis, muito difíceis e algumas situações verdadeiramente incompreensíveis. -----

Dizer que, por exemplo, no que diz respeito à reserva ecológica nacional nós fizemos oito propostas, nalguns casos, depois de termos em reuniões, tido alguns consensos sobre algumas soluções, percebemos depois que na reunião plenária, na reunião em que se aprova tudo, afinal, esses consensos já não eram tão claros. Estou a dizer-vos designadamente relativamente ao Ministério da Agricultura, particularmente à Direção Geral do Ministério da Agricultura, afinal, o que a nível local se tinha definido, a nível central já não era bem assim ao nível do património cultural, com esta transferência de competências, aquilo que era o entendimento da Direção Regional de Cultura do Norte já não está a ser exatamente o mesmo por parte do património cultural, por esta entidade nova que foi criada, ao nível do ICNF vieram trazer inovações, então a nível da APA, da Agência Portuguesa do Ambiente, a cada reunião sua inovação e o que nós percebemos foi uma coisa que nos preocupa, a circunstância de nós estarmos num processo de revisão mais avançada, pudera, também começámos em 2004 e, portanto, significa que estamos mais avançados, porque fomos mais lentos, já há Municípios que estão a fazer a segunda revisão e nós estamos na primeira. Mas, a verdade é que estamos numa fase mais avançada, mas isso em muitos casos fez com que algumas aprendizagens e algumas considerações e algumas avaliações técnicas feitas pelos vários intervenientes, e diga-se que na comissão plenária participam trinta e duas entidades eu repito trinta e duas entidades e, portanto, tivemos em muitos casos que voltar atrás para podermos acomodar algumas sob protesto e com grande desagrado algumas soluções que nos são impostas. -----

A verdade é que fizemos, como se diz nessa partilha de informação, a segunda reunião plenária e a segunda reunião plenária é já a reunião definitiva que pressupõe depois a emissão de um parecer global por parte da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional e, a seguir, passaríamos logo para a fase de concertação e depois a fase da discussão pública. -----

A reunião que está referida na nota informativa para os membros desta Assembleia, foi suspensa, porque um conjunto de entidades, designadamente as que eu falei nessa reunião plenária, suscitaram uma série de questões e, sobretudo, pronunciaram-se com pareceres favoráveis condicionados. E, portanto, o que foi entendido, até sobre proposta, não foi da Presidente da Comissão Consultiva, mas foi da Dirigente da Comissão de Coordenação, fez-se uma suspensão e durante as últimas semanas o Município de Chaves fez, os técnicos fizeram, o Vice-Presidente fez, eu fiz, a equipa técnica fez, um conjunto de reuniões setoriais no intuito de mitigar, diminuir e resolver muitas das questões que foram sendo colocadas desde a Agência Portuguesa do Ambiente, o Património Cultural, o Instituto Nacional da Conservação das Florestas, as Infraestruturas de Portugal, o IPDJ, enfim, um conjunto muito grande de entidades. -----

A verdade é que, depois disso, retomámos a reunião da segunda reunião plenária, reunião essa que aconteceu na segunda-feira desta semana na Comissão de Coordenação no Porto, nesse retomar da reunião as decisões na sua grande globalidade foram decisões já favoráveis, ficando apenas duas questões de pormenor, uma com a APA, com a Agência Portuguesa do Ambiente e outra com o ICNF para poderem ser resolvidos agora na concertação e, esperamos nós, que seja possível recolher depois por parte da Comissão de Coordenação aquilo que é uma pronúncia favorável para que, de facto, nós passemos para a discussão pública. Estamos a falar de um processo que vem desde 2004 que, desejavelmente, será vinte anos depois concluído e a nossa previsão é que este ano fique concluído. ---

Dizer claramente que o enquadramento normativo daquilo que são os processos de revisão em curso, têm como pressuposto a lei de bases do território de 2015 e que naturalmente fazem uma alteração muito



grande daquilo que era o modelo, porque a partir de agora vai haver apenas terrenos rústicos e terrenos urbanos deixa de haver terrenos urbanizáveis e isto é uma dificuldade, porque vai haver uma contração, daquilo que eram as áreas de construção, é algo a que nos temos que habituar, sendo certo, que agora a questão da revisão dos PDMs deverá ser feita de cinco em cinco anos, atendendo às dinâmicas económicas, sociais, culturais e ambientais que o território suscite. -----

Depois, enfim, quanto ao senhor Membro da Assembleia Municipal, José Pimentel, do PSD, dizer que suscitou aqui uma série de questões, ou melhor, fez aqui uma série de considerações, fez aqui uma nova intervenção, verdadeiramente não fez perguntas, fez considerações, provavelmente não vou responder a nada, porque não colocou nenhuma questão, como não colocou nenhuma questão, não vou responder a nenhuma, porque não as colocou, mas, ainda assim, farei considerações. E, portanto, a primeira consideração é que acho estranho que alguém que fala dos Saberes e queira dos Saberes, não queira ter no território o Presidente do Instituto Politécnico, é tanto que quer ter no nome dos Sabores e Saberes os Saberes, mas depois não quer ter numa iniciativa pública alguém do saber, é curioso, fica aí essa contradição entre uma coisa e outra. -----

De qualquer das formas dizer também que não esteve nenhum membro do Governo, e agora vou ser irónico, provavelmente é que o senhor Presidente da Câmara não tem capacidade de trazer ao território nenhum Ministro, nem nenhum Secretário de Estado e, portanto, isso resulta dessa incapacidade e não resultará, porventura, daquilo que era a sua inibição e a impossibilidade de poderem estar no território Membros do Governo, porque a nossa feira aconteceu já mais tarde do que as outras feiras, designadamente a de Boticas e de Montalegre e, portanto, provavelmente terá a ver com isso, não terá a ver com isso, eu acho que é muito por causa da incapacidade do senhor Presidente da Câmara de trazer ao território Ministros e Secretários de Estado, eu penso que será assim e não por impedimento legal ou de intervenção naquilo que é o período pré-eleitoral, mas enfim, cada um de Vossas Excelências fará a análise e a conclusão que entender sobre esta matéria, eu tenho a minha, como compreenderão.

Depois dizer que o convite que foi feito ao senhor Presidente do IPB, é o reconhecimento por todo o processo de concertação, de colaboração e de grande intervenção que tem no território, se não fosse por mais, diria, naturalmente, que o senhor Presidente o IPB tem sido um parceiro inestimável e decisivo para a retoma do Ensino Superior Público no Alto Tâmega, tem sido o nosso maior parceiro. Eu não posso esquecer aqui que foi efetivamente com o IPB que nós pudemos criar uma coisa que se chama Aquavalor, e olhe, o Aquavalor só para ter uma noção do investimento que já trouxe para o território, vou fazê-lo de forma muito sumária. Em 2019 trouxe para o território dois milhões quatrocentos e quarenta e cinco mil euros na criação do Centro de Valorização de Transferência e Tecnologia da Água, em 2020 trouxe para o território, no âmbito de um projeto transfronteiriço para nós importante que é o Observatório Termal, mais quarenta mil euros, mas nesse mesmo ano trouxe para recursos altamente qualificados, para os Doutores e para os Investigadores, um milhão e sessenta e um mil euros, nesse mesmo ano de 2020 trouxe para o território, num Programa que promove mobilizar, a Aquaevitae, que tem a ver com o Chaves, mais cento e oitenta e um mil euros, em 2021, trouxe para o território, no âmbito do Turismo, cento e cinquenta e três mil euros, em 2021, mais uma vez no âmbito daquilo que tem que ver com a contratação de mais recursos humanos altamente qualificados, cinco Doutores, trouxe mais quatrocentos e trinta e quatro mil euros, em 2022, mais um projeto para o território, neste caso para o Barroso, sessenta e nove mil euros, em 2022 acontece uma coisa muito importante que foi a criação da Escola Superior de Hotelaria e Bem-Estar, absolutamente decisiva, crítica e um marco fundamental que reverte uma decisão que foi retirar o Ensino Superior Público de Chaves e que agora retoma por conta desta decisão e deste despacho, em 2022, no âmbito do investimento também com recursos humanos, missão Interface, mais dois milhões e trezentos mil euros, mas em 2022, também mais um projeto que se chama Barroso Geás, cento e doze mil euros, em 2023, mais um projeto ligado às termas de Chaves, cento e um mil euros, em 2023, mais um projeto que tem a ver com a sustentabilidade, quarenta mil euros, mesmo neste ano, também no âmbito dos produtos, mais um projeto de sessenta mil euros, outro projeto agora de sessenta e nove mil euros e um projeto muitíssimo mais recente que, enfim, foi noticiado ainda a semana passada, no âmbito da inteligência artificial, um projeto em que participa as Termas de Chaves e participa também o Aquavalor, um ponto nove milhões de euros. Se não fosse por estas razões, haveria certamente mais comoção do que aquela que é começar já no mês de março a construção de uma residência universitária com mais de quatro milhões de euros investidos em Chaves. Se estas razões não lhe bastam para trazer cá o Presidente do IPB, não sei o que é que bastaria a Vossa Excelência, tenho dito. -----



A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 3 - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CHAVES – RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023; -----

Em substituição da Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Chaves, Maria do Céu Sevivas **Susete Maria Bento Rodrigues Moura**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa do Relatório. -----

“Bom dia, ao Senhor Presidente da Assembleia, em exercício de funções, aos restantes Membros da Mesa ao Senhor Presidente da Câmara, aos senhores Deputados, Presidentes de Junta e restantes elementos. Eu, Susete Moura, estou aqui na qualidade de Secretária da CPCJ, uma vez que a senhora Presidente, Professora Maria do Céu Sevivas, delegou em mim, a apresentação do relatório de atividades referente ao ano de 2023, o qual foi sujeito de aprovação em reunião da Comissão Alargada no dia 30 de janeiro, tendo sido enviado para a Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Ministério Público de Chaves, a 7 de fevereiro do corrente ano. -----

*Todos os dados deste Relatório estão na plataforma informática da Comissão Nacional. -----
No ano de 2023, a Comissão de Chaves trabalhou 269 processos, tendo transitado 88 do ano de 2022; foram abertos 123, instruídos 100 processos novos; 52 reabertos e 4 vieram remetidos de outras Comissões. -----*

Foram arquivados liminarmente, 3 processos (porque não reuniam critérios para instrução de processo) havia 240 processos com medida aplicada e 3 transferidos para outra Comissão por alteração de competência territorial, o que perfaz um total de 243 processos. -----

Quanto às entidades que mais sinalizaram foram as autoridades policiais, PSP e GNR, com 71 processos, nos quais as problemáticas têm por base exposição a violência doméstica entre os progenitores e, conseqüentemente, com a exposição das crianças a estes comportamentos. -----

Seguem-se os Estabelecimentos de Ensino com 46 sinalizações, relacionados com o elevado número de absentismo, abandono escolar e comportamentos graves antissociais ou/e de indisciplina; -----

Os Estabelecimentos de Saúde 17; anónimas 14; o Ministério Público sinalizou 12; projetos - 7; vizinhos e particulares também 7; mãe 5; pai 3 e projetos comunitários, também 3; IPSS 2, Tribunal, familiares e DGRS com 1 sinalização. -----

Relativamente à modalidade de contacto para a CPCJ, o correio eletrónico é o mais utilizado, com 89 sinalizações, seguindo-se o escrito com 95; telefónico 3; presencial 2; Comissão Nacional 1. -----

Quanto ao número de crianças acompanhadas por escolaridade, no ano de 2023, a faixa etária mais sinalizada foi dos 15 aos 17 anos, 64; dos 11 aos 14 anos 57; dos 6 aos 8 anos, 28; dos 9 aos 10 anos, 12; dos 18 aos 21 anos, 10; do zero aos 5 anos, 44 crianças, sendo que 18 não frequentaram creches ou pré-escolar. -----

Crianças acompanhadas por nacionalidade, 200 sendo a grande maioria, de nacionalidade portuguesa, no relatório que foi enviado vêm mencionadas 13 crianças de nacionalidade desconhecida, porque à data da sinalização não existia informação relativamente à mesma; os restantes 15 do Brasil; 9 de França; 1 da Suíça, Reino Unido e Andorra. -----

A problemática mais frequente foi exposição a violência doméstica com 24 processos – comportamentos graves e antissociais ou de indisciplina com 23 e absentismo escolar 20. -----

A problemática mais frequente até aos 2 anos foi ao Nível da Saúde, 3 processos. -----

Na faixa etária dos 3 aos 5, a exposição a violência doméstica com 4; dos 6 aos 8 anos a exposição a violência doméstica 5. -----

Dos 9 aos 10 anos, 3 também exposição a violência doméstica, dos 11 aos 14 anos, a problemática de comportamentos graves e antissociais ou de indisciplina com 9 processos; 7 de exposição a violência doméstica, 6 de outros comportamentos, 5 de absentismo escolar e 1 de violação ou outro ato sexual, dos 15 aos 17 anos, a problemática mais sinalizada passou a ser comportamentos graves e antissociais ou de indisciplina com 12 processos, seguindo-se absentismo escolar com 11; também nesta faixa foi trabalhado 1 processo de importunação sexual pela linguagem ou pela prática perante a criança de atos de carácter exibicionista ou constrangimento a contacto. -----

*Dos 18 aos 21 anos, havia 3 processos de absentismo escolar e 2 de comportamentos graves e antissociais ou de indisciplina. Também nesta faixa etária tivemos 1 processo de abuso sexual. -----
Maiores de 21, trabalhamos 2 processos de negligência, 1 de abuso sexual e 1 de mau trato físico. -----*



Apesar da lei prever muitas medidas de promoção e proteção, a Comissão, a que mais aplicou foi a de apoio junto dos pais, com 23 processos. -----

Seguem-se as medidas de apoio, junto de outro familiar com 14 e acolhimento residencial 1. -----

Foi aplicada 1 medida cautelar de apoio junto de outro familiar. -----

Vou salientar, o apoio prestado pela equipa da Ação Social do Município, Segurança Social, RSI (Rendimento Social de inserção), DGRS (direção geral de reinserção social), Forças de Segurança, equipas de mediação dos Agrupamentos de Escolas, Hospitais de Vila Real e Chaves, Centros de Saúde e Cruz Vermelha Portuguesa-Delegação de Chaves, que sempre que se justifica, colaboram connosco. -

O Município tem estado sempre disponível para assegurar os meios necessários ao bom funcionamento da CPCJ, tendo substituído algum mobiliário de escritório que já se encontrava danificado. Um agradecimento ao senhor Presidente pelo apoio e disponibilidade demonstrada, pois sempre que a CPCJ requer apoio logístico, nomeadamente, viaturas, materiais, técnicos de informática ou qualquer outro serviço, responde com prontidão.” -----

Seguiram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

Melissa Alexandra Carvalho Lopes, pelo **PS**, no uso da palavra: -----

“Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora e senhor Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhoras e senhores Presidentes de Junta, Público, Comunicação social e demais presentes. -----

As comissões de proteção de menores, criadas pela Lei nº 147/99 de 1 de Setembro, que entretanto sofreu três alterações, a Lei nº 31/2003 de 22 de Agosto, a Lei nº 142/2015, de 8 de Setembro e a Lei nº 23/2017 de 23 de Maio, constituem-se como instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional e objetivam-se assegurar a promoção dos direitos da criança e do jovem, bem como prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral. -----

O modelo de proteção de crianças e jovens, em vigor desde janeiro de 2001, apela à participação ativa da comunidade, numa relação de parceria com o Estado e capaz de estimular as energias locais potenciadoras de estabelecimento de redes de desenvolvimento social. -----

Neste sentido, destaco o árduo, incessante e meritório trabalho que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Chaves tem vindo a realizar, sempre em prol do superior interesse das crianças, numa lógica de simbiose entre as crianças e a família. -----

O relatório de atividades de 2023 desta Comissão que aqui hoje a Sr.^a Presidente, M^a do Céu Sevivas, dirigiu e expôs de forma elucidativa, permite-nos ter um conhecimento objetivo e mensurável dos dados relativos aos processos existentes, ao longo do ano, repercutindo-se na definição de objetivos claros para a criança ou jovem em perigo e de estratégias de intervenção apropriadas e adaptadas, em toda a comunidade. -----

O relatório possibilita-nos ainda perceber o campo de atuação das comissões de crianças e jovens em risco e da substancialidade em estabelecer parcerias. -----

No âmbito das parcerias, importa referir o trabalho em rede e articulação entre a CPCJ e as demais Entidades, quer ao nível nacional, quer local, nomeadamente com a Estrutura de atendimento a vítimas de violência doméstica, que detém a RAP - Resposta de Apoio Psicológico para crianças e jovens vítimas de violência doméstica; APAV – Associação de Apoio à Vítima; Equipa do Protocolo da equipa RSI; Segurança Social; Ministério Público; Agrupamento de Escolas, Forças de Segurança, entre outras. -----

Termino, dando nota do envolvimento dos comissários da comissão alargada da CPCJ na promoção da Parentalidade Positiva, de comportamentos parentais respeitadores dos melhores interesses e direitos das crianças, numa lógica comunitária, sistémica e com foco na prevenção, com especial destaque àqueles que se associaram à campanha do Laço Azul no mês de abril e ao Dia Europeu da Proteção das Crianças contra a exploração sexual e o abuso sexual, dia 18 de novembro. -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela **CDU**, no uso da palavra, disse: -----

Bom dia, novamente, referir após a leitura do relatório só para dizer duas coisas pequenas: -----

Uma, acho que já demos um passo positivo, não sei se esta foi a primeira vez se já foi a segunda que a minha memória já não é tão boa, no sentido de puxarmos esta intervenção, para o início da Assembleia, acho que é importante, tradicionalmente era no fim e acho que isso é negativo. Agora vou lançar e penso que também já fiz esta proposta antes, mas vou voltar a fazer, é importante que o relatório e, este relatório



factualmente dá-nos todos os dados sobre os quais nós podemos reflectir, mas é importante ouvir uma reflexão sobre: Qual é a Visão que a Comissão de Protecção tem da evolução dos problemas das crianças no nosso Concelho? Qual é a Visão? Qual é o mapa sobre as crianças que não são de nacionalidade portuguesa? Sobre novas queixas, novas dificuldades? -----

Depois é evidente que é importante e é importante que se agradeça a colaboração da Câmara, ótimo, mas, também, identificar que outras dificuldades existem, ou não, na atuação da CPCJ, para quê? Para que todos possamos contribuir, para um serviço que infelizmente, é tão importante no país e no nosso Concelho. E acho que Portugal está bem neste caminho da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens. -----

Susete Maria Bento Rodrigues Moura, em substituição da Presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Chaves, esclareceu e respondeu às questões que lhe foram colocadas. -----

Relativamente à questão colocada pelo senhor Deputado, se bem entendi, estava-me a questionar sobre as nacionalidades das crianças? São crianças que vêm para Portugal, mais concretamente agora para Chaves e que são sinalizadas, são crianças de diversas partes do mundo. Não sei se me fiz entender, era essa a questão? Nós tentamos e agora também fazemos parte da RIVD que é da Rede de Intervenção na Violência Doméstica e trabalhamos em rede e tentamos contornar os constrangimentos no âmbito da violência doméstica. Tentamos contornar os obstáculos de uma forma ou de outra em cooperação com os nossos parceiros. -----

Encerrou o debate o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**. -----

Muito bom dia, senhor Presidente, senhoras Secretárias, senhora e senhores Vereadores, senhores Membros desta Assembleia, senhoras e senhores Presidentes de Junta das Freguesias e Uniões de Freguesia, público em geral, comunicação social, senhora Doutora Susete Moura, representante da CPCJ Chaves. -----

O que nos foi aqui explicitado, foi necessariamente com informação muito sumária em termos estatísticos sobre aquilo que é a atividade desta CPCJ no Concelho e naturalmente quais são as situações identificadas e as medidas encetadas para que se possa procurar desenvolver o trabalho no sentido da proteção das crianças. Dizer que, só por si, só a existência dessas estruturas ao nível nacional, elas já são muito importantes pela sinalização, pelo trabalho de concertação e de rede que fazem com todos os intervenientes, quer seja com as escolas, com a segurança social, com a saúde, com os municípios, enfim, com as outras entidades que participam neste setor e, de facto, denoto um trabalho muito intenso, muito profícuo, naturalmente e desejavelmente que procurasse mitigar, atenuar e diminuir estas situações, mas elas, verdadeiramente sabemos todos, que elas existirão sempre e nunca se conseguem resolver no seu conjunto. -----

Dizer que é verdade que percebemos todos que existem contextos familiares e escolares que suscitam uma atenção mais importante, acho que no Concelho tem havido um trabalho muito importante e mais consistente com os recursos humanos da CPCJ, os gastos já são relevantes, só o Município tem vários Técnicos nesta mesma estrutura, mas a verdade é que será necessário trabalharem complementarmente, também sabemos que a própria Cruz Vermelha também tem aqui uma estrutura na área da infância e da violência doméstica importante. -----

E é verdade, o que nós desejamos é que se possa fazer um trabalho de ação, mas, sobretudo de prevenção e um trabalho de sinalização de todos aqueles que podem de facto melhorar, são naturalmente aqueles que envolvem mais risco para que efetivamente se possa ter um trabalho mais profícuo. Eu penso que o que o senhor Membro desta Assembleia Municipal, Manuel Cunha, da CDU, estava aqui a falar de uma espécie de um diagnóstico relativamente à situação e àquilo que é a evolução do nosso Concelho, digamos dos riscos mais, digamos, reiterados e mais evidentes, se são aqueles que já aconteciam no passado, se, eventualmente, o fenómeno da emigração tem suscitado novas questões, novos riscos e novas abordagens, com certeza que esse trabalho é um trabalho muito exigente, só poderá ser feito depois daquilo que vocês fazem quotidianamente, percebemos que primeiro são as respostas que se colocam todos os dias e que vêm por vários canais, é isso que queremos e que continuamos a querer, aquilo que temos, por fim, naturalmente queria endereçar aqui um agradecimento à senhora Presidente, e na pessoa dela, a todos os integrantes da CPCJ de Chaves, desejando que possam continuar com um trabalho muito importante em prol das nossas crianças. É só. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----



PONTO 4 – 1ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (REVISÃO) AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2024. - ATUALIZAÇÃO DO ARTICULADO DO ORÇAMENTO – NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2024. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº9/DGF/2024; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Muito bom dia, renovo cumprimentos ao senhor Presidente da Mesa, em exercício, às senhoras Secretárias, à senhora e aos senhores Vereadores, a todos os distintos Membros desta Assembleia Municipal e aos demais presentes. -----

Esta é uma proposta que está suficientemente explicitada quer quanto aos seus pressupostos, quer quanto aos seus considerandos, mas também quanto aos seus propósitos. Desde a pandemia que os Municípios têm esta oportunidade de poderem incorporar o saldo de gerência através de uma alteração orçamental modificativa, vulgo revisão orçamental, que é permitir que encerrada a execução do ano anterior, logo na primeira reunião do Órgão Deliberativo, nós possamos tomar uma decisão através da revisão de incorporação do saldo de gerência, no intuito de que, naturalmente, possamos reforçar as rúbricas e possamos dar-lhe tradução e execução, contrariamente ao que acontecia até 2020 ou 2021, que era, esta possibilidade só acontecia depois da prestação de contas e de serem aprovadas nos respetivos Órgãos Municipais, isto é uma vantagem, porque permite uma outra flexibilidade e uma outra capacidade de execução. -----

O que aqui nós trazemos para que, naturalmente, vossas Excelências possam pronunciar-se e possam votar, é uma proposta modificativa de revisão, o que nós pretendemos com esta proposta, é incorporar o saldo de gerência do exercício económico de 2023 e estamos a falar de um saldo de gerência que anda no valor e incluindo também as reposições não abatidas de 9 milhões 854 mil 645 euros e 77 cêntimos. O que nós queremos fazer e aquilo que foi votado em sede de Órgão Executivo, é reforçar quer a componente da despesa corrente, quer a componente da despesa de capital. É verdade que esse reforço, acontece em maioria em termos financeiros, maioritariamente no que tem a ver com o reforço de capital. O reforço de capital representa, no que diz respeito ao saldo de gerência um reforço de 66.5%, é um reforço de 6 milhões 555 mil e 290 euros e no que diz respeito ao reforço das despesas correntes de 3 milhões 299 mil e 35 euros traduzem-se, portanto, num reforço da utilização deste saldo de gerência de 33.5%. -----

É verdade, que no que diz respeito ao PAM, que é o Plano das Atividades Municipais mais relevantes, este reforço acontece nas três funções, nas funções sociais, nas funções gerais, nas funções económicas e no que concerne ao PPI, ao Plano Plurianual de Investimento, esse reforço é também em todas as funções. -----

Compreenderão e perceberão de uma leitura muito breve e sumária aos anexos, particularmente àquele que diz respeito à alteração no Plano Plurianual de Investimentos que existe, de facto, um investimento muito significativo e esse reforço é de 1 milhão 248 mil euros nas funções gerais, 1 milhão 397 mil euros, nas funções sociais e 3 milhões 909 mil euros, nas funções económicas. -----

Depois querendo fazer um zoom e, portanto, conhecer melhor essa proposta nas suas dimensões mais particulares, perceberão naturalmente que há aí um conjunto de intervenções muito importantes que se querem levar a efeito e para isso o que se fez, foi reforçar as respectivas rúbricas orçamentais, andam muito ligadas a questões relacionadas, por exemplo, quando se fala de aquisição de viaturas, está-se a pensar na possibilidade de comprar um camião de efluentes urbanos, que é aquele camião que faz a recolha de efluentes aos domicílios, que custa cerca de meio milhão de euros, que é o custo de um camião daqueles e o último foi comprado em 1994 e está mesmo a precisar de ser substituído. -----

Também tem aqui um reforço importante na área da habitação social, queremos ainda no ano de 2024 começar com a obra do Bairro dos Fortes, o chamado Bairro Verde e, portanto, tem aqui um investimento importante que me parece relevante, temos também aqui um reforço na rúbrica dos projetos e porque esta rúbrica dos projetos? Estamos a trabalhar em várias candidaturas que pressupõe a elaboração de projetos, designadamente no PRR, estamos a trabalhar nos projectos de requalificação do Centro de Saúde de Chaves 1, no Centro de Saúde Chaves 2 e no Centro de Saúde de Vidago, estamos também a trabalhar nos projectos de requalificação da Escola Nadir Afonso, Fernão Magalhães e Vidago, portanto, estamos a trabalhar em muitos projetos, portanto, não se surpreendam se nós, no final deste ano, tenhamos alocado aos projectos mais de 700 mil euros. -----

E, portanto, significa que é um investimento muito importante, mas é fundamental, é decisivo, é crítico e é pressuposto para podermos, nalguns casos, avançar com o financiamento e depois dizer aqui que



reforçámos a rúbrica para fazer o saneamento em Argemil da Raia, em Vila Nova de Monforte, em Avelelas, porque supostamente começará este ano a sua execução e o lançamento dos respetivos concursos, temos também aqui dotações importantes naquilo que tem a ver com o reforço da rúbrica da Estrada Municipal 507, que é a que liga Chaves a Soutelinho da Raia. -----

É verdade que o contrato de empreitada pressupunha uma execução em dois exercícios económicos, em dois anos económicos, mas parece-nos que provavelmente vamos ter condições para fazer a conclusão da obra só em 2024, significa isso que temos que prever a dotação em 2024 e, portanto, reforçámos essa obra com um valor importante para o efeito. -----

Também queremos pavimentar um conjunto de arruamentos, queremos lançar o concurso ainda este ano, porque estamos a fazer o projeto da Estrada de Carrazedo de Montenegro, da 311, queremos também concluir os projetos, refazer os projectos, porque a APA assim o exigiu, do acesso prioritário ao Hospital, mas também temos a intenção de lançar neste mês que vem, o mais tardar em abril, o concurso para a requalificação urbanística da cobertura das Termas Romanas de Chaves. Estamos a falar de um projeto que andarà muito próximo dos 400 a 500 mil euros e, portanto, temos também que requalificar outras vias municipais, lembro-me, a título de exemplo meramente, Castelões, Calvão, São Vicente da Raia, Vila Meã, enfim, temos um conjunto de intervenções muito importantes e, por isso, têm aqui uma componente de requalificação viária muito significativa. -----

Portanto, espero e desejo que, de facto, possam votar favoravelmente esta proposta, porque vai permitir fazer muita intervenção importante em muitos locais do nosso Concelho e, como já perceberam, sobretudo na zona mais rural. Muito obrigado a todos. -----

Não se registaram intervenções. -----

Posta à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com cinquenta e seis votos a favor e catorze abstenções, de acordo com a votação abaixo discriminada: -----

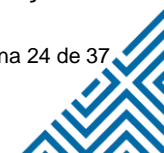
Votos a favor: Anselmo José Martins, Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, Rogério Alberto Amorim Reis Moura, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, António Manuel Pires de Almeida, Luíz Mário Alves Carneiro, Cristina Maria Inocência Imaginário, Júlio Eliseu dos Anjos Alves, Domingos de Moura Alves, Manuel Guerra Afonso, Melissa Alexandra Carvalho Lopes, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, Paulo Jorge Ligeiro Santos, Fernando Miguel Borges Valpaços, Clara Maria Pinto Dias Lopes, Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues, Francisco António Pinho Peixeiro, Ricardo Vassal Coutinho e José Carlos Carvalho Fernandes. -----

Pelo Grupo Municipal da CDU: Manuel Justino Matos Cunha; -----

Pelo Grupo de Independentes: Vítor Carlos Teixeira Pimentel e Helena Cristina Gonçalves Santos. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Anelhe - Arlindo Santos Costa, de Bustelo – José Fernandes M. Serralheiro, de Cimo de Vila da Castanheira - Lígia Maria Chaves Silva, de Curalha - Alfredo Augusto Dias Gaspar, de Ervededo – André Lourenço da Silveira, de Faiões – Luís António Pereira de Oliveira, de Lama de Arcos – Augusto José Aires da Anunciação, de Mairós - Adriano Vieira Rodrigues, de Moreiras – António José Alves Lopes, de Nogueira da Montanha – Alfredo José da Silva Barreira, de Oura – António Eusébio Vieira Cardoso, de Outeiro Seco – Artur Jorge André Dias, de Redondo - Nelson Fernandes Costa, de Sanfins – Sara Cristina Trinta Morais, de Santa Maria Maior – Hugo Manuel Alves da Silva, de Santo António de Monforte - Alcino do Nascimento Santos, de Santo Estevão – Maria José Sena Barros Pereira, de São Pedro de Agostém, Pedro Manuel Pereira Barroco, de São Vicente da Raia – Adma Ribeiro Ibrahim, de Tronco - Eduardo dos Santos Carneiro, da União das Freguesias Calvão e Soutelinho da Raia - António Manuel Rua Reis, em representação da União das Freguesias das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela –Augusto Nascimento Guedes, da União das Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações – Delfina Maria de Almeida Ferreira, da União das Freguesias da Madalena e Samaiões – João Manuel Almeida Pinto, da União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge - José António de Oliveira Carreira, da União das Freguesias de Soutelo e Seara Velha – Carlos Manuel da Cruz Chaves, da União das Freguesias de Travancas e Roriz – Antero Luís Ginja, de Vidago (União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz, Vilarinho das Paraneiras) - Rui Manuel Branco Rodrigues, de Vale de Anta – Júlio Manuel Abambres Carneiro, de Vila Verde da Raia - Pedro Miguel Rodrigues, de Vilar de Nantes - Luís António Gonçalves Costa, de Vilarelho da Raia – Fernando de Jesus, Pereira, de Vilela Seca – Nuno Miguel Moreira Monteiro da Mota e de Vilela do Tâmega – Liliana Pires Lage. -----

Abstenções: Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD: Francisco António Taveira Ferreira, Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, Milena Sofia Vieira de Melo, José Pimentel Sarmiento, António José dos Santos, André Fontoura Faria, Olga Machado Ferreira, João Luís Gonçalves



Rodrigues, Pedro Miguel Vieira Miranda, Gilberto Gomes Alves e Manuel Pedro de Oliveira Branco Teixeira. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Victor Manuel de Carvalho Martins e Sousa; -----

Pelo Grupo de Independentes: Vítor José Gomes. -----

Não participaram na discussão e votação do presente assunto, os seguintes sete membros deste órgão deliberativo, por não se encontrarem presentes no momento da votação: -----

Pelo Grupo Municipal do PS: Sónia Cristina Adães Ferreira e Carolina Rodrigues de S. M. Ferreira. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Águas Frias - Rogério Amaro Alves de Oliveira, de Paradela de Monforte – Gilberto Santos de Jesus, do Planalto de Monforte (União das Freguesias de Oucidres e Bobadela) – Luís Saraiva Garcia), de Santa Leocádia – João Manuel Teixeira Pereira Borges e de Vilas Boas - Paulo Nuno de Jesus. -----

PONTO 5 - AUTORIZAÇÃO DE CONCESSÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS, POR PARTE DO MUNICÍPIO DE CHAVES, EM VISTA AO APOIO NO EXERCÍCIO DE COMPETÊNCIAS PRÓPRIAS. / APROVAÇÃO DE MATRIZ DE PROTOCOLO DISCIPLINADOR DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES SIGNATÁRIAS. PROPOSTA N.º 10/GAPV/2024; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Senhor Presidente da Mesa, em exercício, senhoras Secretárias, senhora Vereadora, senhores Vereadores, senhores Membros desta Assembleia Municipal, distintos Autarcas, minhas senhoras e meus senhores. Esta proposta explica-se de uma forma muito simples, mas ainda assim muito relevante e muito importante para os beneficiários da mesma. Estamos a falar necessariamente de uma proposta que pretende traduzir um apoio financeiro para as Freguesias no que concerne à concretização das suas competências próprias. -----

Portanto, o que é que se propõe agora, aqui, é uma proposta para as trinta e nove Freguesias deste Concelho que tem, relativamente ao ano de 2023, um incremento de 5%, significa que é uma proposta que vai no sentido certo, porventura, ainda não com a tradução suficiente, mas, ainda assim, permitam-me que sobre este aspecto partilhe com vossas Excelências algumas reflexões, ainda que necessariamente breves. -----

Queria dizer que o valor que agora se propõe e que está subjacente à mesma proposta que tem um valor de 1 milhão e 2 mil euros, mas, no que diz respeito ao valor correspondente ao apoio financeiro às Freguesias, ele é de 965 mil e 800 euros, porque o valor adicional diz respeito a uma transferência para a União de Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranheiras e que tem a ver com o compromisso assumido desde sempre por mim que as alienações de todas as escolas que existissem em cada uma das Freguesias que não tivessem utilidade social, não tivessem relevância cultural ou associativa e, portanto, que não tivessem verdadeiramente uma utilidade para a mesma Freguesia, seriam colocadas em hasta pública, seriam vendidas e o produto resultante dessa venda seria transferido para a respectiva Freguesia. -----

Ora, no caso em concreto, foi vendida uma escola em Arcossó e, por conseguinte, o valor resultante dessa venda será transferido para a respectiva União de Freguesias, para que a mesma possa dar-lhe um destino, e o destino é a aquisição de uma habitação para alargamento de um largo na própria aldeia de Arcossó. Desta forma, respeitamos e damos tradução a um sentimento que existe nas nossas comunidades e, por isso, estava eu a dizer que os 965 mil e 800 euros, traduzem um aumento de 55,7% relativamente à proposta de 2016, eu repito, 55,7% relativamente à proposta de 2016, mas se ainda assim quisermos pegar na proposta de 2017 que foi um ano eleitoral e que teve um incremento substancial, dir-vos-ei que, ainda assim, a proposta em causa está acima 10,23%. -----

Mas se quisermos, de alguma forma, estabelecer aqui uma relação entre mandatos, queria partilhar com vossas Excelências algumas conclusões, se nós quisermos comparar o apoio financeiro para as Freguesias no mandato de 2013 a 2017 com o mandato de 2017 a 2021, dir-vos-ei que o incremento do valor foi de 1 milhão 585 mil e 100 euros, repito, num mandato foram mais 1 milhão 585 mil e 100 euros, representa, portanto, um incremento de 107%. Comparando, portanto, o mandato de 2013 a 2017, mandato seguinte, 2017 a 2021, estamos a falar de um aumento de 107%, que representa em termos de materialidade, 1 milhão 585 mil e 100 euros. -----

Mas se quisermos, porventura, comparar os três anos, contando naturalmente o ano de 2024, deste apoio financeiro, portanto, o mandato 2021 a 2025, com o mandato de 2013 a 2017, dir-vos-ei que, ainda assim,



a proposta de três anos é superior a uma transferência de quatro anos, de 86,55%, ou seja, em três anos, comparando com o quadro, nós temos mais 1 milhão 281 mil euros aqui transferidos, traduz bem o compromisso, a relevância e a importância que nós damos às nossas comunidades locais e que damos às nossas Freguesias. -----

Mas queria ainda também dizer-vos outra coisa, ainda que de forma muito rápida, a olhar para o FEF, para a transferência do Fundo de Equilíbrio Financeiro para as Freguesias. Ora, posso dizer-vos que desde 2017, não vou falar de números, não vou falar concretamente em nenhuma Freguesia, mas posso dizer-vos que desde 2017 o total do FEF às Freguesias do nosso Concelho era de 1 milhão 488 mil euros, ora pois, para 2024 é de 3 milhões e 200 mil euros, nós temos aí um incremento absolutamente notável e, portanto, dizer-vos que 115% de aumento do FEF neste período é bem revelador da importância que se tem dado às Freguesias. -----

E, portanto, dizer-vos ainda outra coisa muito importante, um ato de justiça, uma decisão de justiça que foi permitir que todos os Presidentes de Junta ou Membros dos Órgãos das Freguesias, caso o Presidente não queira, conceder este apoio, esta remuneração em regime de meio tempo mesmo para as Freguesias que não tinham direito a ele, foi um ato de justiça e de reconhecimento pelo trabalho, pelo compromisso que diariamente os Autarcas fazem em prol das suas comunidades. -----

Portanto, queria dizer-vos muito sinceramente que estou convencido, muito convencido da necessidade deste apoio, do reforço desse apoio e temos a intenção, já durante o mês de abril, trazer à Assembleia Municipal uma proposta de transferência de competências que, naturalmente, de âmbito limitado, mas, ainda assim, será um valor adicional a este e, portanto, não é por conta da transferência de competências que nós diminuimos o apoio às Freguesias, mas é exatamente ao contrário. Muito obrigado. -----

Seguiram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

Luís António Gonçalves Costa, Presidente de Junta da Freguesia de Vilar de Nantes, no uso da palavra disse: -----

Bom dia, excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, em exercício, excelentíssimas senhoras Secretárias, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara, excelentíssima senhora Vereadora, excelentíssimos senhores Vereadores, excelentíssimas senhoras e excelentíssimos senhores Membros desta Assembleia Municipal, excelentíssimas senhoras e excelentíssimos senhores Presidentes de Junta, excelentíssimos Órgãos de comunicação aqui presentes, excelentíssimo público aqui presente. -----

“1. Na qualidade de Presidente de Junta e, simultaneamente Presidente da Associação de Freguesias do Concelho de Chaves, não poderia deixar de intervir, num dos pontos desta Assembleia, que considero dos mais importantes. Ao longo dos diversos anos tenho tido a oportunidade de me dirigir a esta Assembleia para falar sobre protocolos. -----

Como designa o ponto cinco na Ordem do Dia e passo a citar parte desse texto “Aprovação de Matriz de Protocolo disciplinador dos direitos e obrigações das partes signatárias”. -----

Realço aqui a palavra “disciplinador” na medida em que tem sido, essa palavra, a essência do cumprimento dos protocolos, ao longo destes seis anos, por parte deste Executivo e das Freguesias. ----

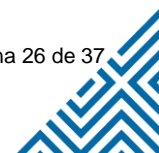
Para que sejam integralmente cumpridos, teve que haver disciplina e rigor das contas públicas. Esse rigor e capacidade de gestão tem permitido, não só cumprir anualmente com os protocolos, como ainda, ter a capacidade de ano após ano ter aumentado os mesmos, dentro de uma lógica de rigor e disciplina das contas públicas. -----

2. Independentemente dos valores atribuídos a cada uma das 39 Freguesias, que são de salientar, eu gostaria que reparassem nas duas últimas colunas no mapa que vos foi enviado. -----

3. Poderão constatar nessas colunas à direita, duas palavras muito importantes, colocadas pela tal esquerda despesista, “Cabimento” e “Compromisso” e que se a direita tivesse em conta, com rigor e disciplina, as contas públicas, quiçá a coluna da esquerda, no mesmo mapa, teria por certo valores ainda maiores do que aqueles que regista. -----

4. Verificou-se assim que apesar do despesismo e má gestão do Executivo anterior, naquilo que foi gasto em juros bancários, seria mais que suficiente para podermos ter, “nós Freguesias”, ainda mais capacidade para satisfazer os anseios e pretensões dos nossos concidadãos. -----

Sei, aliás tenho a certeza, de que com a gestão do atual Executivo poderemos honrar os nossos compromissos perante o eleitorado, quer no presente quer no futuro. Um aumento nos apoios às Freguesias, na ordem dos 55%, ao longo destes seis anos da sua gestão, são com certeza um exemplo para a gestão pública, em face dos constrangimentos encontrados ao longo deste percurso. -----



Necessitamos de mais, com certeza, mas como diz o povo “não se pode nem se deve dar um passo maior do que a perna, sob pena de cairmos”. -----

Termino, se me permitem, com uma frase que se tem dito ultimamente por aí e passo a citar, “a quem compraria um carro?” De certo que se fosse a vossa Excelência, senhor Presidente, não hesitaríamos em comprá-lo uma vez que o senhor é um homem de palavra e de contas certas. Muito obrigado!” -----

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Obrigado senhor Presidente, renovo os cumprimentos feitos na intervenção anterior a todos os presentes. Dizer e veio-me à memória o que diz Gandhi “o futuro dependerá daquilo que fizermos no presente”, também gosto muito de uma letra de uma música de Jorge Palma, e que o Primeiro-Ministro demissionário, também gosta que diz “enquanto houver caminho para andar, andaremos”, mas no que concerne à Matriz de Protocolo com as Freguesias, como todos sabemos, o referencial financeiro, já aqui foi dito, foi consensualizado no ano de 2016. -----

Naturalmente que desde aquela data a Câmara Municipal de Chaves, em função da sua disponibilidade financeira uns anos, inseriu mais noutros anos, inseriu menos montantes nesses protocolos. Sublinhando, no entanto, o esforço da Autarquia e a atualização destes protocolos de forma anual em função da taxa de inflação e do índice de preços do consumidor, melhorando anualmente a proposta a apresentar às Juntas de Freguesia é um facto que o Grupo Municipal do Partido Social Democrata, regista e sublinha aqui na Assembleia Municipal de hoje. -----

O valor para o ano de 2024, já foi referido e é o que consta no anexo da proposta, no total 1 milhão e 2 mil euros e neste Ponto da ordem do dia os valores que estão aqui elencados, como demonstra precisamente esse anexo à proposta, são sucintamente para através dos contratos interadministrativos de 2024, se proceder à manutenção e à conservação de arruamentos e de pavimentos pedonais, com excepção da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, que será também para a gestão, do espaço do cidadão e para o festival infantil da Canção e, da União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranhos, cujos montantes previstos servirão, também, para administrar e conservar o património da Freguesia, sempre de acordo com o plasmado na Lei 75 de 2013, de 18 de setembro, a lei que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais que aprova o Estatuto das Entidades Intermunicipais e que estabelece o Regime Jurídico da Transferência de Competências do Estado para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais e que aprova o Regime Jurídico do Associativismo Autárquico. -----

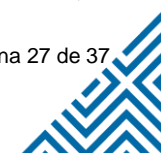
Todos sabemos que as Autarquias dispõem de legislação própria, de competências e atribuições próprias, também, já tive oportunidade de dizer no passado, creio que o ano passado, por esta altura, já reafirmamos também noutros anos e continuamos a reafirmar que foi também uma conquista do 25 de abril o poder autárquico e o poder local, com as suas competências próprias, é uma conquista que a todos deve regozijar. Para o PSD enquanto Membros das Assembleias de Freguesia, enquanto os Presidentes de Junta, respetivos executivos, continuaram a desenvolver o trabalho de proximidade em prol do desenvolvimento dos seus territórios e das populações que leva à concretização dos objetivos que defendemos e que estaremos sempre, mas mesmo sempre ao seu lado. -----

Por esses motivos, sem reservas e, com toda a convicção, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata votará favoravelmente esta proposta de apoio financeiro às Juntas de Freguesia para a concretização das suas competências e atribuições próprias, acompanhando o sentido de voto dos nossos Vereadores na sessão Camarária do passado dia 15 de fevereiro. -----

Encerrou a discussão deste ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Cumprimentos ao senhor Presidente, às senhoras Secretárias, à senhora Vereadora, aos senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, senhoras e senhores Autarcas aqui presentes e demais pessoas que se encontram neste espaço. -----

Os pressupostos, os postulados e a fundamentação desta proposta, eles estão suficientemente despendidos no respectivo documento que foi distribuído a todos os Membros desta Assembleia Municipal, denotam claramente o compromisso de colaboração e de apoio às Freguesias, reitero que, de facto, o que estamos a falar é de apoio às competências próprias das respectivas Freguesias, sendo certo que a definição efectiva da respectiva afetação é uma decisão de cada uma das Freguesias em concreto, tem-se procurado fazer isso de forma concertada e de forma colaborativa com eles. E, naturalmente, o



que nós dizemos e continuamos a dizer, é um esforço crescente, já disse que desde 2016 estamos a falar de um incremento de 55,7%, apesar de também ter havido um incremento muito importante do apoio do Orçamento Geral do Estado através do FEF. -----

Mas dizer claramente o seguinte, é que este apoio não só tem um incremento, mas também tem outro aspecto, não tem incerteza. Desde 2018 que as senhoras e os senhores, Presidentes de Junta sabem o que é contratado, é para ser cumprido e nem sempre foi assim. Nós assistimos no passado a situações verdadeiramente indesejáveis, em que se assinava os contratos administrativos num ano e só três anos depois ou dois anos depois é que eram pagos e, portanto, significa o quê? Que esta relação de confiança e de compromisso é uma relação diferente da do passado, é esta marca que nós imprimimos e queremos continuar a manter na relação com as Freguesias. Porque não basta prometer, não basta querer, é preciso fazer e cumprir e, portanto, dizer claramente que apesar das palavras ditas aqui pelo senhor Membro desta Assembleia Municipal, Nelson Montalvão, do PSD, elas deviam também ter sido ditas outrora no momento em que os contratos não eram cumpridos, porque agora não só são incrementados, como são cumpridos. Esta é uma marca distintiva desta gestão autárquica. Muito obrigado. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 6 – ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CHAVES - ATUALIZAÇÃO. PROPOSTA N.8/GAP/2024; -----

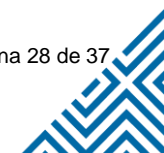
O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Renovo os cumprimentos, faço-o de forma mais sintética, ao senhor Presidente da Mesa, aos senhores Vereadoras e senhora Vereadora, a todos os Membros desta Assembleia Municipal e aos demais presentes. O que se pretende com esta proposta que foi aprovada em sede de Executivo Municipal, tem a ver com a necessidade de atualização daquilo que foi a estratégia local de habitação que foi feita já em 2021. Como sabem, em 2018 foi aprovado um Diploma que pretendia dar resposta a uma questão essencial, que é a carência de habitação, no intuito de podermos progressivamente dar resposta às carências de habitação, sobretudo evidenciada por um conjunto de agregados familiares que vivem em situações manifestamente indignas e que não têm condições financeiras para suprir essas mesmas necessidades. -----

E, nesse contexto, dando tradução àquilo que foi designado por Programa de Primeiro Direito, o Município de Chaves, à semelhança de um conjunto alargado de Municípios fizeram uma estratégia local de habitação, começou por um diagnóstico da situação habitacional no Concelho. Essa proposta depois aprovada em 2021 levou a que se tivesse assinado com o IHRU, em junho de 2021, um contrato, um acordo em que pressupunha um investimento global na ordem dos 17 milhões de euros com vias de financiamento distintas e de várias naturezas e que tinha duas componentes, uma componente privada e uma componente pública, dizendo de outra forma, havia obrigações que o Município pretendia dá-lo feito através de requalificação do seu edificado social ou da construção de novo edificado social e no que concerne aos privados a intervenção por parte dos mesmos no conjunto das edificações identificadas como elegíveis para este programa e conseqüente para com as respectivas intervenções de habitação. - Ora, na execução deste programa, percebeu-se que existe um conjunto de exigências, dificuldades e também de limitações que importava naturalmente reduzir, mitigar e nalguns casos resolver em definitivo. No que diz respeito à componente de intervenção do Município, ela está em curso, desenvolve-se com alguma normalidade, mas, ainda assim, entendemos ser necessário fazer alguns ajustamentos no essencial, como resulta da informação que sinteticamente lhe apresentamos, mas que de forma mais elaborada e expandida está no próprio documento de suporte, o que se pretendia, basicamente, era intervenções de várias naturezas, desde insalubridade e insegurança à precariedade e também intervenção no edificado social, intervenção num conjunto de habitação dispersa. -----

E no que diz respeito ao Município, na parte da componente pública, perceberam-se rapidamente duas coisas, primeiro, é que os valores de referência que estavam identificados no respectivo programa eram manifestamente insuficientes, os valores estavam muito aquém daquilo que são os valores de mercado e que havia naturalmente de fazer um ajustamento para os valores de mercado o que traduziria necessariamente um investimento substancialmente superior, mas, ainda assim, percebeu-se também que era preciso fazer algum ajustamento. -----

Neste momento, para partilhar com vossas Excelências, temos em curso o concurso público para a requalificação de intervenções no Bairro Verde, que acrescenta já a intervenção que foi feita nas



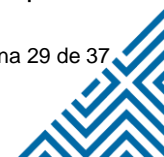
habitações que lá existem, também está numa fase de execução a construção de uma habitação no Bairro Engenheiro Branco Teixeira, está contratada e arrancará já este mês de março uma intervenção de requalificação no edifício da Madalena, na Rua Cândido Sottomayor, que é o edifício que alberga, neste momento, o Posto de Atendimento ao Cidadão da Madalena, para fazer não sei se são quatro ou cinco apartamentos, também estão adquiridos no centro histórico cinco edifícios para fazer duas intervenções diferentes para permitir criar dezasseis ou dezoito apartamentos para arrendamento acessível, um deles está mais avançado que o outro, os edifícios estão todos pagos, Temos necessidade também de incluir na estratégia uma intervenção que não constava da estratégia, que são as quatro moradias de Casas dos Montes, que estão já em fase de conclusão e que não faziam parte da estratégia e que nós queremos agora incluir na estratégia para poderem ser objeto de financiamento, coisa que não acontece neste momento. -----

Chegamos também à conclusão que, porventura, seria mais adequado não destinar à habitação os dois edifícios municipais que estão na rua 1º de dezembro, onde estão instalados serviços, mas em contrapartida fazer a aquisição dos tais edifícios do centro histórico e aí, sim, criar oportunidades habitacionais a um nível de rendimento acessível para jovens e não só. E depois, enfim, outras intervenções de âmbito mais limitado que queremos fazer, sendo certo que a intervenção mais robusta, mais relevante, é aquela que respeita à habitação do Bairro dos Fortes. O concurso público foi aberto com um preço base na ordem dos 5 milhões de euros, mas, enfim, veremos se, de facto, o mercado corresponde ou não, mas vai ser um processo muito exigente, muito complexo, estamos a falar de seis blocos de cento e cinquenta e dois apartamentos, sendo certo que do município são apenas cinquenta, de facto, vai ser um projeto muito exigente de qualquer das formas será concretizado. -----

Mas queria partilhar com vossas Excelências outro aspecto, foi na componente privada que percebemos a maior dificuldade. É certo que é aquela que tem identificado um conjunto de situações em que seria necessário fazer reabilitação das habitações, porque elas estão manifestamente sem condições, mas percebemos desde logo que aquilo que era pressuposto acontecer, que era a iniciativa dos particulares, dos proprietários desenvolverem a candidatura, não estava a acontecer. Depois de seis a oito meses após o início deste projeto, não acontecia nada, decidimos criar situações de estímulo e de incentivo e criámos uma equipa constituída por um jurista, um assistente social e um engenheiro, no intuito de poder dar assessoria técnica, apoio e naturalmente poder colaborar com os potenciais beneficiários desta medida para que, naturalmente, possam desenvolver as candidaturas com a intervenção do Município, é certo, mas depois formuladas ao IHRU, em resultado desse trabalho desta equipa criada pelo Município, podemos concluir duas coisas: -----

Por um lado, de facto, já temos hoje algumas candidaturas aprovadas, mas, por outro lado, também percebemos que muitas das situações que tinham sido sinalizadas pela consultora que contratámos para o efeito, mas com um trabalho absolutamente essencial dos senhores e senhoras Presidentes de Junta é que algumas das situações que estavam identificadas, não serão passíveis de serem concretizadas, porquê? Porque em muitos casos os potenciais beneficiários não têm condições de legalizar a sua edificação, a sua habitação e, portanto, não conseguem evidenciar e demonstrar que são proprietários e, por outro lado, nalguns casos, não mostraram vontade para o fazer. Isso, naturalmente, fez com que se pudesse e, se pretenda agora com esta atualização da estratégia, incluir novos agregados e novas habitações que inicialmente não tinham sido sinalizadas e retirar desta estratégia todas aquelas que não tenham ou condições de elegibilidade ou não tenham motivação e vontade para o fazer e, portanto, é isso que se pretende com essa proposta. -----

Se perceberem, o total das intervenções são menores, são duzentas e setenta e uma intervenções, o que contrasta quase com as trezentas e vinte e quatro inicialmente previstas, mas a verdade é que o valor que nós estamos a falar hoje, passará de 17 milhões de euros para 37 milhões de euros e, portanto, significa que há um investimento muito mais importante, resulta em grande medida daquilo que são os preços de referência e naturalmente exigirá aqui um grande compromisso. Permitam-me que diga o seguinte: A componente pública, e existem condições, para que seja concretizado com sucesso, quer me parecer que todas as intervenções que estão sinalizadas aí, sejam as intervenções nas partes comuns do Bairro dos Fortes, sejam depois as intervenções nos cinquenta apartamentos, seja nos cinco edifícios que no final serão apenas dois, porque eles serão configurados no centro histórico, não me parece que não haja condições, que haja dificuldade em fazer a concretização desse investimento, também das quatro moradias, elas estarão prontas, provavelmente, já em abril/maio, também não haverá problemas na edificação que está a ser feita no Bairro Engenheiro Branco Teixeira, porque ela também estará pronta



ainda este ano. Mas, a verdade é que temo que relativamente à intervenção por parte dos privados o processo seja mais complexo, pese embora haver naturalmente disponibilidade dos senhores Presidentes de Junta colaborarem neste processo, pese embora a equipa do Município esteja disponível, motivada e capacitada para fazer esse trabalho, mas, de qualquer das formas, dizer que as intervenções vão exigir vontade por parte dos proprietários, vão exigir que eles demonstrem que são proprietários e também que haja condições de licenciamento para que as intervenções possam acontecer. -----

Depois, desfazer aqui um equívoco, este programa não é para reabilitar aldeias, este Programa do Primeiro Direito é apenas e diz respeito às intervenções que podem ser feitas relativamente ao edificado bastante degradado no qual vivem pessoas, a primeira condição é estar desagradado, a segunda condição é ter agregados familiares a residirem nessas habitações e a terceira condição é naturalmente que estejamos a falar de situações em que sejam situações elegíveis e a verdade é que são elegíveis para este investimento todas as famílias cujo rendimento seja inferior a 1700 euros, per capita, mas, de qualquer das formas, significa que por esta condição de recurso poderão ser incluídas um conjunto significativo de famílias. -----

Há outras condições, não podem ter a segunda habitação, não podem ter depósitos em bancos ou em outras aplicações superior a 18 mil euros, portanto, há aí algumas condições, mas eu estava a dar nota particular disto apenas, porquê? Porque parece mais difícil de concretizar esta intervenção do domínio privado apesar de estarmos mobilizados, termos constituído uma equipa e essa equipa estar já treinada e capacitada para o efeito. De qualquer das formas significa que é um Programa que terá que estar concluído até 2025, o mais tardar primeiro semestre de 2026. Sendo certo que ainda existem algumas questões de financiamento para resolver, porque não temos garantido o financiamento integral, algum pressuposto de acesso, de qualquer das formas, dizer-vos que estamos em condições de fazer esta intervenção no que diz respeito à componente pública e para aí, naturalmente, estaremos em condições para concretizar esse investimento. Sendo certo que esperamos que uma parte substancial desse investimento possa ser financiada por fundos europeus, particularmente o PRR, é a nossa intenção, não está ainda garantido, mas eu acredito que vamos ser bem-sucedidos nesse trabalho. Muito obrigado. ---
Seguiram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela **CDU**, no uso da palavra disse: -----

Mais uma vez, bom dia. É tão bom quando os dinheiros públicos, quando o esforço do Estado e das Autarquias contribuem para corrigir desigualdades sociais e situações de degradação pessoal, de degradação económica. É tão bom ver como o famoso mercado não resolve as questões da habitação. Num país com salários tão baixos, aqueles que acham que o mercado resolve tudo têm na situação atual da habitação do País a demonstração plena de que o mercado não resolve os problemas da habitação. É de saudar, é pena que o País (agora não estou a falar da Autarquia especificamente), é pena que o País tenha deixado chegar a questão da habitação a um nível tão penoso que contribui de forma importantíssima para os fenómenos de emigração e pasme-se até contribui para que não haja Médicos e Professores em Lisboa. -----

Portanto, nós saudamos o esforço do Executivo em ir ao encontro das necessidades da habitação, a habitação, o primeiro direito, a paz, isto na canção do Sérgio Godinho começa pela paz e depois é o pão, a habitação, a saúde e a educação, estraguei-lhe a intervenção à Membro desta Assembleia Municipal Brigitte Bazenga, do PS. -----

E é importante, importante saudar o esforço da Autarquia em ir ao encontro de todos os componentes que foram salientados pela intervenção do senhor Presidente da Câmara e, depois é importante eu sei que não encaixa exatamente no tema, nós precisamos, a sociedade portuguesa, Chaves incluído, precisa como de pão para a boca de ressuscitar a comunidade, de ressuscitar o bairro, de ressuscitar aquilo que havia na nossa infância. E, provavelmente, poderia haver na questão do Bairro Verde, para além desta questão e eu sei que é distinta da reabilitação do edificado, quer o que já foi adquirido pelas pessoas, quer o que ainda é de habitação social, em sentido estrito da Autarquia e, podia haver uma ambição ainda maior que era renovarmos, reavivarmos o espírito de bairro, o trabalho comunitário em relação às crianças, o trabalho comunitário em relação à atividade cultural, o trabalho comunitário em relação a todos os aspetos que tanto está a faltar no País. -----

Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----



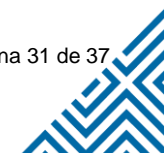
Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício, senhoras Secretárias, senhor Presidente da Câmara, senhora Vereadora, senhores Vereadores, caros Deputados e Deputadas Municipais, senhores Presidentes de Junta, renovo a todos os meus cumprimentos, muito bom dia. Efetivamente, aquilo que vinha aqui dizer ficou parcialmente esvaziado, pela intervenção que me antecedeu, não deixando de dizer que também me apraz e que, também, me satisfaz que ainda possamos partilhar algum ideário e comungar, ainda que parcialmente, da mesma ideologia ou pelo menos de alguns dos seus princípios. Queria deixar expressa a nota de satisfação, de regozijo do Grupo Municipal do Partido Socialista por este programa, por esta estratégia, e particularmente por esta alteração, que aqui nos é proposto votar e votaremos favoravelmente sem qualquer espécie de reserva, porque ela denota, desde logo uma proatividade e um efetivo interesse deste Executivo Municipal, em que este não seja um programa apenas para cumprir o bonito, para que fique na fotografia, mas introduzir e com tempo as correções necessárias, para que no terreno, possa ter uma implementação efetiva que terá como resultado algo que nós socialistas muito ambicionamos, mas que queremos crer que todas aquelas e aqueles que ainda partilham do ideário de abril, não possam deixar de parte. É este princípio, o da erradicação da habitação indigna, o do combate à exclusão social e, portanto, como dizia, é com muita satisfação que denotamos esta proatividade para que na nossa comunidade estas situações possam efetivamente deixar de existir. ----- Reconhecendo também que de facto, nos últimos anos quer em termos locais, nas últimas décadas e particularmente em termos nacionais, a habitação não tem sido propriamente acarinhada e se tenha atingido, nalguns Concelhos e nalgumas regiões uma particular incidência, mas é também a cabal demonstração e é aqui que partilho e comungo com aquela que foi a intervenção inicial do senhor deputado Municipal, Manuel Cunha, é também a prova cabal de que a mão invisível do mercado e da liberdade individual, que tudo resolve, não resolve tudo e particularmente, não resolve coisas muitíssimo importantes, como direitos à saúde, à habitação, à educação e deixo também o repto de que, mesmo aqueles que nos últimos anos pouco ou nada fizeram pela habitação social e mesmo aqueles que pouco ou nada nas últimas décadas fizeram pela reabilitação urbana, mas que ainda assim se arrogam e foram participantes na arquitetura da democracia que temos, construtores desta democracia do pós 25 de abril, que reconheçam que é importante que o Estado continue a intervir em matérias importantes como estas. Que é muito relevante, continuar a estar ao lado de todos os cidadãos, mas sobretudo ao lado e de mão dada com aqueles que são os mais excluídos da sociedade e que mais precisam e que possamos cantar todos como Sérgio Godinho, pela paz, pelo pão, habitação, saúde e educação. -----

Encerrou a discussão deste ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Senhor Presidente, senhoras Secretárias, senhora Vereadora, senhores Vereadores, senhores Membros desta Assembleia Municipal, senhoras e senhores Presidentes de Junta, distinto público, comunicação social e membros de apoio. Este era um tema que naturalmente abriria aqui uma grande discussão sobre a questão da habitação e sobre as políticas de habitação, não o vou fazer por economia de tempo e por entender também que não é isso que está em discussão. Também não vou fazer aqui, enfim, nenhuma elocução daquilo que foram as intervenções ou as decisões municipais no âmbito da habitação e para mitigar essa dificuldade de acesso à habitação que decorre de duas razões, uma por indisponibilidade de habitações e outra pelo preço elevado das mesmas habitações, seja na venda, seja no arrendamento, não vou fazer nenhuma consideração sobre isso, tenho algum pensamento sobre o mesmo, digo, e só para terminar, duas reflexões muito rápidas. -----

Nós precisamos que a nossas comunidades também contribuam para esta solução, ter-se-á que procurar ir provavelmente com nova roupagem, com novo formato, com novo enquadramento para as cooperativas de habitação ou outras soluções, é importante que os próprios cidadãos se possam organizar, motivar para também encontrarem respostas para a sua habitação própria. Sabemos que isso foi muito pródigo, em muitos países e em Portugal também durante algum tempo, porventura, é tempo de voltar outra vez a soluções colaborativas de compromissos e de comunhão e de partilha, naturalmente com incentivos com simplificação administrativa, é fundamental. -----

No que diz respeito a este desafio do senhor Membro desta Assembleia Municipal, Manuel Cunha, da CDU, acho que é o tempo da comunidade, é o tempo do cidadão. Nós precisamos que os cidadãos se envolvam, se comprometam e que nós deixemos esta visão hedonista que temos todos ou que temos predominantemente e nos possamos envolver, porque para haver bairro tem que haver comunidade, para haver comunidade tem que haver cidadãos empreendedores e comprometidos, isso só se faz desta



forma, porque acreditem, não se faz administrativamente, não se faz de cima para baixo, a Câmara Municipal mesmo que queira, não consegue e eu digo isto por experiência própria, portanto, isto só acontece se nós tivermos bairros vivos, dinâmicos que queiram naturalmente celebrar aquilo que é a partilha em comunidade, o brincar na rua ou a viver em sociedade, ou festejar, enfim, momentos importantes para o bairro, para a comunidade e isto exige de nós enquanto cidadãos, na minha perspetiva, uma outra postura, uma outra envolvência e outra relação com o outro, temos que, porventura, rever esta relação do eu com o outro e, portanto, sobre isso, queria deixar estas notas. -----

Quanto ao demais, esperar que este programa se desenvolva com agilidade, ele é complexo, é muito difícil, eu não sei se algum dia em Chaves se fez uma intervenção desta natureza como se vai fazer no Bairro dos Fortes, porque estamos a pensar numa intervenção com as famílias no próprio espaço, significa que é um esforço importante. É verdade que já o fizemos no Bairro de Casas dos Montes, também já fizemos essa intervenção no Bairro Social dos Aregos, mas dizer que essa intervenção para ser bem-sucedida vai depender de três intervenientes, do Município, do empreiteiro e dos moradores. Se todos estiverem alinhados e colaborantes, o processo desenvolve-se, se algum destes parceiros não quiser que se faça, a coisa vai correr muito mal. Muito obrigado. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 7 – CONTRATO-PROGRAMA CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A APEPAT – ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DO ENSINO PROFISSIONAL PARA O ALTO TÂMEGA PARA APOIAR O DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL NÃO SUPERIOR – RELATÓRIO FINAL E RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO. PROPOSTA N.º 06/GAPV/2024; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal -----

Procurarei ser muito ser muito sucinto, embora seja coisa que não consigo fazer, quase nunca. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, senhoras Secretárias, senhora e senhores Vereadores, distintos Membros desta Assembleia e todos os presentes. -----

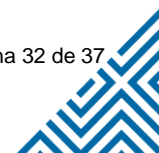
Este relatório que é presente aqui à Assembleia Municipal que é para conhecimento, diga-se, tem a ver com aquilo que foram as obrigações da Associação Promotora de Ensino Profissional do Alto Tâmega para o cumprimento de obrigações que esta Associação tinha no contrato programa. Como sabem, no ano passado houve um contrato programa que permitiu transferir para esta Instituição 265 mil euros. Toda a gente tem noção da exigência e das dificuldades financeiras que esta Associação enfrenta, das grandes exigências que se colocam em várias dimensões, na dimensão da formação, naturalmente, mas para isso, para que seja bem sucedida, é importante que nós lhe possamos criar as condições financeiras para que a atividade central se possa concretizar. -----

Dizer que da leitura do relatório pode-se evidenciar o cumprimento daquilo que eram as principais metas que constavam desse mesmo contrato programa e dizer que naturalmente este processo de colaboração ter-se-á que manter, é verdade que é em novo formato e tivemos oportunidades de já explicar isso aquando da aprovação dos estatutos, com uma reconfiguração diferente, saindo a Santa Casa da Misericórdia de Chaves, ficando a ACISAT com uma posição menor estatutariamente em termos de capital, ser menos relevante, ficando assim duas instituições que é o Município e a ACISAT, no intuito de que se possam desenvolver ações e uma ação de gestão muito competente para que a médio prazo esta Associação que tem um papel importante na formação profissional no nosso Concelho, e eu diria no Alto Tâmega, é decisiva para a concretização daquilo que são a nossa visão e sobretudo aquilo que é a estratégia definida para o território, é fundamental. Eu, hoje, acredito mais do que acreditava ontem que íamos ser bem-sucedidos e espero bem amanhã ainda estar mais confiante do que estou hoje. Muito obrigado. -----

Não se registaram intervenções. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 8 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE CHAVES; ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM, EM VISTA AO RECRUTAMENTO DE 20 ASSISTENTES TÉCNICOS, NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, PARA DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO SÓCIO-EDUCATIVA. PROPOSTA N.º 07/GAPV/2024; -----



O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal -----

Muito bom dia, renovo cumprimentos ao senhor Presidente da Mesa, em exercício, às senhoras Secretárias, à senhora e aos senhores Vereadores, a todos os distintos Membros desta Assembleia Municipal e aos demais presentes. -----

A explicação e motivação desta proposta é muito simples. O Mapa de Pessoal aprovado para o ano em curso, para 2024, já integrava vinte vagas para assistentes técnicos da área social, com o intuito de poderem desenvolver esse trabalho nos onze Jardins-de-infância: Jardim-de-infância de Chaves, Escola Básica Santa Cruz, Carneiro, Nantes, Santo Estêvão, Mairós, Casas Novas, Vila Verde da Raia, Outeiro Jusão, Bustelo e Vidago. -----

No entanto, no momento em que se pretendia despoletar um novo procedimento concursal para que os contratos se pudessem iniciar no próximo ano letivo, desejavelmente em setembro, foi feita uma avaliação, que consistiu no seguinte: fará sentido continuarmos com contratos de trabalho em funções públicas a termo certo para situações que percebemos hoje que são de caráter permanente? Nós já abrimos dois procedimentos para assegurar a resposta neste domínio, pelo que não fará sentido continuar a garantir a resposta através de uma solução precária. O que proponho a esta Assembleia é que seja alterada a natureza e o vínculo que estava proposto no Mapa de Pessoal, para que o próximo concurso não seja para recrutar vinte assistentes técnicos em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo certo, mas que possamos recrutar vinte assistentes técnicos para as funções de animação socioeducativa, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. Com esta decisão, pretende-se dar dignidade, segurança e estabilidade aos profissionais. Assim sendo, nessa perspetiva, o que eu proponha a esta Assembleia é que se altere, não é o aditamento de vinte lugares, é que se altere a natureza, mas que os vinte lugares no Mapa se mantenham, só que em vez de serem em contrato de trabalho em funções públicas a tempo parcial, sejam de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. Muito obrigado. -----

Seguiram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

Melissa Alexandra Carvalho Lopes, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----

Muito bom dia, os meus cumprimentos à Mesa, o senhor Presidente acabou de esvaziar a minha intervenção, mas de qualquer forma vou fazê-la. -----

“Relativamente ao ponto 8 sobre as alterações do mapa de pessoal do Município de Chaves e abertura do procedimento concursal com vista ao recrutamento de 20 assistentes técnicos para o desenvolvimento de atividades sócio educativas, vem o Grupo Municipal do PS congratular o Município por esta iniciativa e tomada de decisão de valorização profissional, contribuindo para a estabilidade profissional destas futuras e futuros funcionários públicos para o exercício de funções, que se encontravam até ao presente condicionadas a contratos a termo, ou seja, vínculos de emprego precário. -----

Importa remontar a 2017, relembrando que àquela época estas atividades de desenvolvimento e animação sócio educativa eram desenvolvidas por uma Associação à qual o Município atribuía verbas para o exercício das funções, sendo os então profissionais remunerados em regime de prestação de serviços, com valores que a nosso ver se afiguravam indignos e que importavam cerca de 3 euros à hora. Em boa hora, o Executivo Municipal reconheceu que este era um valor manifestamente baixo e não refletia de forma alguma a valia e relevância do trabalho realizado. Assim, dos concursos públicos que se sucederam, esta função passou a ser gradual e significativamente aumentada. No entanto, como já foi referido, até à presente data a vinculação através do contrato de trabalho a termo certo foi-se renovando. Por esta razão, é com particular satisfação que assistimos ao reconhecimento destas funções como sendo de cariz permanente. Contratação essa que possibilita que se lance o concurso para vinculação por tempo indeterminado, assim se contribuindo para a redução da precariedade entre profissionais deste setor, conferindo a desejável estabilidade aos 20 profissionais que vierem a ser selecionados e suas respetivas famílias.” -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela **CDU**, no uso da palavra disse: -----

Bom dia a todos, novamente. Como consta em todas as propostas da CGTP, como consta no programa eleitoral da CDU, no privado e no público sempre que há uma função permanente, sempre que há um posto de trabalho permanente, demos ao vínculo a garantia da estabilidade que todo nós precisamos. E aqui a Autarquia está a dar um sinal adicional, que é a que todas estas estruturas, que existem, nenhuma



delas, vai ser extinta. É um sinal positivo para as populações, para todos os locais onde elas existem e provavelmente teríamos até que alargar este componente, mas a mensagem principal é que está bem, a Autarquia está bem, a Autarquia quando dá a um posto de trabalho com necessidade permanente um vínculo de caráter definitivo, essa é uma reivindicação de todos aqueles que trabalham. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 9 – PROPOSTA DE RETIFICAÇÃO DAS TAXAS DE OCUPAÇÃO NOS LUGARES DE FEIRA, LOJAS, ARMAZÉNS E BANCAS DO MERCADO MUNICIPAL, INFORMAÇÃO / PROPOSTA Nº 05/2024, do TECNICO SUPERIOR, ALEXANDRE SIMÃO de 26/01/2024; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 10 – ANÁLISE DA INFORMAÇÃO SEMESTRAL RELATIVA À EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO “CRIAÇÃO DE UNIDADE FABRIL PARA A PRODUÇÃO DE EDIFÍCIOS MODULARES”, CLASSIFICADO COMO PIM – DECISÃO DEFINITIVA - INFORMAÇÃO Nº34/DDE/23 DA ENG^a CLÁUDIA FERREIRA DE 15.12.2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 11 – PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL – PIM – PRIMEIRA ADENDA AO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS OUTORGADO EM 22 DE FEVEREIRO DE 2021. BENEFICIÁRIO METALOME, LDA. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 312/UCE/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 12 – PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL – PIM – PRIMEIRA ADENDA AO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS OUTORGADO EM 27 DE ABRIL DE 2021. BENEFICIÁRIO: A.S. METAIS – FABRICO E LACAGEM, LDA. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 311/UCE/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 13 – ANÁLISE DO 5.º RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PIM “INOVAÇÃO PRODUTIVA – EM TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE 08/SI/2020”, DA SOCIEDADE “A.S. METAIS – FABRICO E LACAGEM, LDA.” – DECISÃO DEFINITIVA - INFORMAÇÃO Nº05/DDE/24, DA ENG^a CLÁUDIA FERREIRA DE 06/02/2024; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 14 – APRECIÇÃO DO 2º PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA ENTREGA DO 10º RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO “HOTEL SANTA RITA WELLNESS & SPA INSTITUTE” DA SOCIEDADE “SOLAR INVESTMENT IMOBILIÁRIA, LDA” – DECISÃO DEFINITIVA – INFORMAÇÃO Nº33/DDE/23 DA ENG^a CLÁUDIA FERREIRA DE 15.12.2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 15 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE UMA PASSAGEM PARA PEÕES – NA RUA DA BANDEIRA, FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO DE MONFORTE, – PROCESSO Nº 1031/23 –



INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 803/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 12/12/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Seguiu-se a intervenção do senhor Deputado: -----

José Pimentel Sarmento, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Ora, mais uma vez, cumprimento-os a todos e vou demorar muito pouco, queria fazer uma chamada de atenção ao senhor Presidente da Câmara, que me oiça porque já há muitos anos que ando para fazer este reparo. Cheguei a pensar, estive a debruçar-me sobre o assunto, se o deveria fazer, eu acho que sim, por uma razão muito simples. Todos os senhores Presidentes, de Juntas de Freguesia, e muito bem, têm o cuidado de pedir sinais, passadeiras, pedir tudo e mais alguma coisa. Aqui na nossa Freguesia, principalmente no bairro onde eu resido, temos um problema que já vem desde 2017 ou desde 2014 ou, talvez, 2013. É uma passadeira que existe em frente ao nicho da Senhora das Brotas, e que já tem para aí 7 anos. Já recorri a tudo. -----

Anselmo José Martins, Presidente em exercício de Funções, disse: -----

Senhores Deputados, apesar de ser Presidente em exercício, sou eu que dirijo os trabalhos, senhor Deputado Municipal, nós aqui só discutimos agora ponto a ponto. Em relação a este ponto, 15º que tem que ver com uma passadeira, o senhor concorda com ela ou não concorda com ela? Então, vota favoravelmente este ponto? -----

José Pimentel Sarmento, pelo **PSD**, no uso da palavra disse, relativamente, à questão colocada pelo senhor Presidente da Mesa em exercício, disse: -----

Eu concordo com todas as passadeiras. -----

Anselmo José Martins, Presidente em exercício de Funções, no uso da palavra disse: -----

Não, não é este ponto em concreto, desculpe senhor Deputado José Pimentel, facilite-nos o nosso trabalho e o senhor Deputado pode-nos facilitar o trabalho, porque se o senhor Deputado Municipal o exigir, eu coloco ponto a ponto. Eu pedi a colaboração da Assembleia Municipal que se comprometeu e aceitou. E eu perguntei, alguém tem algum ponto sobre o qual queira falar especificamente, disseram-me que não. E agora o senhor Deputado Municipal está-me a falar no 15º, concorda ou não concorda com a passadeira? Então, senhor Deputado Municipal, se vai votar favoravelmente esta, não podemos falar de outras, só podemos falar desta inserida neste ponto da Ordem do Dia. -----

Senhor Deputado, o senhor até sabe, porque tem experiência para isso, que esse assunto, essas sugestões, até as podia introduzir no período Antes da Ordem do Dia, sem problema nenhum, obrigado senhor Deputado, mas eu só sou o Presidente em exercício. Pronto, está bem, muito obrigado. -----

José Pimentel Sarmento, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Eu vou ter muito cuidado nas votações em bloco estas, porque eu votei aqui uma informação a favor que votaria contra. Permita-me que lhe diga senhor Presidente da Mesa em exercício, eu fui levado na conversa, porque não vi, não vi, porque permitiram o estacionamento da nova empresa de transportes a estacionar junto à Nadir Afonso, e eu votaria contra. Porque os lugares que vocês nos meteram em documento não são os que lá estão. Não concordo que haja discriminação em relação a outras empresas de transportes, era só isso, porque qual é a preocupação de uma Câmara tentar arranjar estacionamento para outra empresa de transportes? -----

Anselmo José Martins, Presidente em exercício de Funções, no uso da palavra disse: -----

Senhor Deputado, já estamos completamente fora da Ordem de Trabalhos. O Senhor Presidente da Câmara vai ter que usar da palavra, porque foi posta em causa a sua honorabilidade. Senhor Deputado, o senhor podia ter-se manifestado antes, eu perguntei ao plenário da Assembleia se aceitava e o senhor Deputado Municipal não discordou. -----

Encerrou a discussão deste ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**. -----

Muito bom dia, renovo cumprimentos ao senhor Presidente da Mesa, em exercício, às senhoras Secretárias, à senhora e aos senhores Vereadores, a todos os distintos Membros desta Assembleia



Municipal, senhores autarcas aqui presentes, público que ainda se encontra nesta sala, comunicação social e todos os elementos de apoio, agradecer o vosso compromisso, a vossa disponibilidade e o vosso trabalho. -----

Eu acho que para quem já teve o privilégio de participar num conjunto muito significativo de iniciativas e de eventos e que já é Membro desta Assembleia Municipal há décadas, acho que já tem a obrigação de conhecer bem o estatuto do eleito local e o regimento deste órgão. E, portanto, eu aconselho alguns que porventura são mais distraídos a lerem a Lei 75/2013, o Estatuto do Eleito Local e o Regimento desta Assembleia Municipal para que, depois, não digam coisas menos apropriadas neste espaço. Porque é importante que compreendam que o direito existe sempre na medida e sinalagma da respetiva obrigação e, portanto, aproveitar todos os momentos para falar de uma coisa que não tem nada a ver com os assuntos na ordem de trabalho é desrespeitar a Mesa e desrespeitar os outros Membros desta Assembleia Municipal. Dizer-me que não tem tempo, o tempo decorre daquilo que foram as eleições, foi assim no passado e é assim no presente. Eu não percebo como é que no passado não dizia nada, não manifestava insatisfação nenhuma, estava sempre tudo bem! Agora está tudo mal!!! Perguntar-se-á por quê, desculpe senhor Deputado Municipal, eu participei na execução de alguns regimentos, participei e contribuí e, portanto, vai me desculpar, mas a mentira dita dez vezes não se torna verdade. E, portanto, vir aqui fazer insinuações, não é correto, vai ter que provar que os documentos que vieram a esta Assembleia, são diferentes dos que foram aprovados e, portanto, eu desafio o senhor Membro desta Assembleia Municipal a fazer exatamente isso. -----

Que é, no caso concreto o que veio aqui suscitar, que tem a ver exatamente com a criação de um posto de paragem num estacionamento público, veio aqui dizer que os documentos que vieram a esta Assembleia Municipal não foram aqueles que foram aprovados e, portanto, eu desafio-o a isto, porque, senão, certamente que na próxima Assembleia Municipal farei aqui uma afirmação de que fez uma afirmação mentirosa. Dou-lhe, ainda assim, o direito de o provar, o que me parece absolutamente essencial, quanto ao demais pode, naturalmente, no exercício do seu direito, estar contra a votação em bloco, esse é um direito seu, pode exercer individualmente, na minha perspetiva, esse direito, não tem que ser condicionado por ninguém. O que não pode fazer, é dizer mentiras, só tenho isso para dizer! Porque há um respeito para consigo e para com os outros. A dialética política, a discussão política não pode permitir que nós possamos fazer como fazem outras forças políticas. Não siga o exemplo de quem nós criticamos. Não o faça, porque senão somos todos iguais. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade -----

PONTO 16 – ORDENAMENTO DOS LUGARES DE ESTACIONAMENTO E REFORÇO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL DE TRÂNSITO – NO CENTRO HISTÓRICO DE CHAVES, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, – PROCESSO Nº 19/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 29/DPM/2024 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 11/01/2024; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade -----

PONTO 17 – SOLICITA REPOSIÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA RUA DO GIRASSOL, FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE, – PROCESSO Nº 1127/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 73/DPM/2024 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 25/01/2024; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 18 – IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE CONDICIONAMENTO DO TRÂNSITO A VEÍCULOS PESADOS – NO CENTRO HISTÓRICO DE CHAVES, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, – PROCESSO Nº 1035/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 64/DPM/2024 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 24/01/2024; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----



Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 19 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE UMA PASSAGEM PARA PEÕES – NA EM 502 (ESTRADA NOVA DA PONTE), NA POVOAÇÃO DE VILA VERDE DA RAIA, FREGUESIA DE VILA VERDE DA RAIA, – A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE VILA VERDE DA RAIA - PROCESSO Nº 1172/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 82/DPM/2024 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 30/01/2024.-----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Por último, no uso da palavra, **Anselmo José Martins**, Presidente em exercício de Funções, disse: quero, em meu nome e da Mesa, agradecer a vossa presença, a vossa colaboração, o vosso empenhamento e a forma democrática e civilizada como decorreu esta Assembleia. Desejar a todas e a todos a continuação de um bom dia e até à próxima reunião. Tudo de bom para todos vós. Obrigado. -----
De seguida, deu como encerrados os trabalhos da presente Sessão, de que, para constar, foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros da Mesa e subscrita por mim, Maria de Fátima dos Santos Machado Silva, que transcrevi e também assino. -----

O Presidente em exercício de Funções

(Anselmo José Martins)

O Primeiro Secretário

(Isabel Maria Ruivo Seixas Martins)

O Segundo Secretário

(Clara Maria Pinto Dias Lopes)

A Funcionaria

(Maria de Fátima dos Santos Machado Silva)

